

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI  
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ROSILENE BARBOSA DA SILVA

**ENTRE SABERES E PODERES:  
Ciência e sociedade na literatura de Aluísio de Azevedo no final do século  
XIX.**

PICOS-PI.

2018

ROSILENE BARBOSA DA SILVA

**ENTRE SABERES E PODERES:**

**Ciência e sociedade na literatura de Aluísio de Azevedo no final do século  
XIX.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em  
História, do Campus Senador Helvídeo Nunes de Barros, da  
Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito.

PICOS- PI.

2018

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**

**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S586e** Silva, Rosilene Barbosa da

Entre saberes e poderes: ciência e sociedade na literatura de Aluísio de Azevedo no final do século XIX. / Rosilene Barbosa da Silva. – 2018.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (66 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)-  
Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito.

1. História. 2. Literatura-Aluísio Azevedo. 3. Crítica- Política. I. Título.

**CDD 320.09**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e seis (26) do mês de Junho de 2018, no Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Rosilene Barbosa da Silva** sob o título **Entre saberes e poderes: ciência e sociedade na literatura de Aluizio de Azevedo no final do século XIX**.

#### A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito  
Examinador 1: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador 2: Prof. Me. Heitor Matos da Silva

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 9,5.

Picos (PI), 26 de Junho de 2018.

Orientador (a): Fábio Leonardo Castelo Branco Brito  
Examinador (a) 1: Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador (a) 2: Heitor Matos da Silva

Dedicatória

As pessoas mais importantes da minha existência, Eva Maria Barbosa, José Manoel da Silva, Antônio Barbosa e Genival Barbosa.

## AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas na qual gostaria de agradecer pelas suas contribuições singulares que auxiliaram na concretização desse sonho. Posso não lembrar de todas, e desde já peço desculpas por isso, porem as mais importantes se farão presentes nas próximas linhas.

Agradeço a força maior que nos rodeia, sem classificação de palavra, seja Deus, Jesus, ou outro nome pelo qual as pessoas queiram se referir. Agradeço a minha mãe, Eva Maria Barbosa, a minha maior inspiração, e a pessoa mais importante da minha vida, que colaborou cada segundo para que esse sonho se realizasse, meu refúgio, e sem a qual eu não teria conseguido chegar até onde cheguei. Agradeço ao meu pai, José Manoel, o melhor e mais puro pai desta existência, por tudo que ele dedicou para que esse sonho se concretizasse e apesar dele não poder enxergar com os olhos físicos, espero que ele sinta e enxergue com os olhos da alma até onde eu consegui chegar e o quanto sou grata a ele por isso.

Aos meus irmãos, Genival Barbosa e Antônio Barbosa, pelas vezes que já me ajudaram para que eu conseguisse concretizar meus objetivos. Agradeço ao meu irmão de outra mãe, Matilde Carvalho, por ter me ajudado tanto na correria do primeiro período de curso, obrigado por ter sido uns dos melhores presentes que a vida mim deu.

Ao meu companheiro, Tarcísio Barbosa, pela paciência, e pelo apoio ao longo do curso. Pela ajuda emocional, pela compreensão, e por acreditar tanto em mim. Sou grata pelas noites de sono que você perdeu para conseguir me levar para pegar ônibus de madrugada em Marcolândia para chegar cedo até a cidade de Picos.

Aos meus colegas de curso, minha segunda família, pelos aprendizados, pelos momentos felizes, e por tudo que representaram nessa trajetória de apenas quatro anos e meio. Agradeço em particular a Nadielle Veloso, minha parceira de todos os artigos, provas, resumos, seminários, enfim, minha irmã de curso, e espero que a parceria seja estendida para a vida toda, não academicamente, mas sentimentalmente. Agradeço ao colega Daniel Sampaio, pelos aprendizados, pelas várias mãozinhas que o mesmo nos deu durante o curso, e espero que a amizade continue extra academicamente. Ao meu colega Pedro Serafim, pelas várias conversas loucas no Restaurante Universitário, que ajudaram a tornar a vida longe de casa mais suportável.

Aos meus professores, Agostinho Coe, Mairton Celestino, Gleison Monteiro, Karla Ingrid, Ana Paula Cantelli, José Lins, Erica Lopo, Mara Gonçalves, Ana Maria Koch (In memoriam), Jaaziel, David, Naudiney Gonçalves, Iael de Sousa, Marylu Oliveira, a cada um

deles, pelas aprendizagens construídas, pelos puxões de orelha, eles foram essenciais para minha formação. Agradeço a professora Mona Ayala por ter me despertado para a maravilha que é a literatura, e pela disciplina de História do Brasil Republica I maravilhosa que a mesma ministrou, explorando todas as nossas potencias e acreditando que sempre poderemos ser melhores.

Agradeço em especial ao meu orientador Professor Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito, um profissional incrível, compreensivo, tranqüilo e acima de tudo, extremamente humano. Obrigado professor Fábio, por ser um dos melhores profissionais que eu já conheci, e por ser uma das pessoas mais humanas que já cruzou pelo meu caminho, sou grata pelas aprendizagens que o senhor ajudou a construir e pela paciência e confiança que o senhor legou ao meu trabalho.

Agradeço a CAAPS, pelo auxilio financeiro que recebi através de bolsas da Universidade Federal do Piauí, pois foram elas que mim possibilitaram cursar a graduação.

Aos meus professores do ensino básico, pelos conhecimentos que me passaram sobre História, influenciando dessa forma o meu interesse pela área de conhecimento.

## RESUMO

O presente trabalho se insere na perspectiva de problematizar a relação frutífera entre História e literatura. O tema a ser trabalhado se caracteriza em utilizar duas obras literárias de Aluísio Azevedo *O Livro de uma sogra* (1895) e *O homem* (1887), primeiramente enquanto fonte histórica, analisando a dimensão social descrita nas obras, a contraposição entre o casamento tradicional e o moderno baseado na moral higiênica instalada na segunda metade do século XIX descrito na obra *O livro de uma sogra*, o discurso científico acerca da sexualidade feminina, bem como a influência da religião na sociedade oitocentista presente *N'O Homem*. A literatura de Aluísio Azevedo será utilizada em primeira instância enquanto fonte histórica, mas para além disso, será trabalhada enquanto crítica política à sociedade, percebendo os aspectos que permeavam a sociedade da época e que estão presentes nas obras de Azevedo, pois a literatura não deve ser elencada somente enquanto fonte, mas como escrita potente que contém em sua essência uma contextualização política do meio que a viu nascer.

**Palavras-chaves:** História; Literatura; Aluísio Azevedo; Crítica Política.

## ABSTRACT

The present work is inserted in the perspective of problematizing the fruitful relationship between History and literature. The theme to be worked is characterized by using two literary works by Aluísio Azevedo *The Book of a Mother-in-Law* (1895) and *O Homem* (1887), first as a historical source, analyzing the social dimension described in the works, the contrast between traditional and the modern one based on the hygienic morality installed in the second half of the nineteenth century described in the book *The book of a mother-in-law*, the scientific discourse on female sexuality, as well as the influence of religion in the nineteenth-century society present in *Man*. Aluísio Azevedo's literature will be used in the first instance as a historical source, but in addition, it will be worked as a political critic to society, perceiving the aspects that permeated the society of the time and that are present in the works of Azevedo, since literature should not to be listed only as a source, but as a powerful writing that contains in its essence a political contextualization of the environment that saw it born.

**Key-words:** History; Literature; Aluísio Azevedo; Political Criticism.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1- Juízo Final. ....	22
FIGURA 2- O gato República.....	23
FIGURA 3- As três idades.....	24

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 CAPÍTULO -NOS CIRCUITOS DE LETRAS: Aluísio Azevedo entre a literatura maranhense e a carioca</b> .....	16
1.1 A partida em direção ao centro irradiador da modernidade.....	18
1.2 O Retorno aos Grilhões Maranhenses.....	27
1.3 Á viagem definitiva a capital do império.....	31
1.4 O naturalismo de Aluísio Azevedo.....	32
<b>2 CAPITULO- AMOR E CASAMENTO: Uma análise das relações conjugais a partir de <i>O livro de uma sogra</i>(1895)</b> .....	36
2.1 O contrato conjugal no período colonial.....	37
2.2 Casamento higiênico.....	42
2.3 A inferioridade feminina.....	48
<b>3 CAPITULO- ENTRE O SABER CIENTIFICO E O SABER RELIGIOSO: Contribuições sobre a moral e sexualidade em <i>O homem</i> (1887</b> .....	51
3.1 A perigosa sexualidade Feminina.....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	64



ALUÍSIO AZEVEDO

## INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XIX, momento em que a História desponta como disciplina acadêmica, com o seu teor de cientificidade, que a palavra fonte adquiri um significado específico, estas deveriam ser oficiais, ou seja, deveriam se referir a grandes acontecimentos e precisariam provir de lugares de poder, destacando em seu conteúdo grandes fatos, e grandes nomes. As fontes deveriam ser retratos dos acontecimentos, e o olhar do historiador para com elas deveria ser objetivo, sem espaço para exercer sua subjetividade, dentro dessa perspectiva, as fontes literárias, bem como outros tipos de fontes não seriam consideradas úteis para o fazer histórico. A aceitação com relação á origem das fontes históricas passou a ser questionado a partir da década de 1920 quando surge na França um movimento de renovação historiográfica liderado pelos professores da Universidade de Estrasburgo, Marc Bloch e Lucien Febvre que pretendia ampliar o leque das fontes históricas. A revista que fundam, *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929, caracterizou-se pela crítica à historiografia tradicional e, por conseguinte, ao domínio da historiografia político-factual, que atingiu o seu auge, sobretudo, a partir da sua terceira geração, a chamada Nova História, sob a bandeira de “novos objetos, “novos problemas” e “novas abordagens”.

Diante dessas questões levantadas pela nova história as fontes literárias passaram a compor o quadro de fontes que serviriam para o fazer histórico. Passaram a ser vista como fontes possível de serem problematizadas para se entender um determinado período histórico. É dentro dessa nova possibilidade que esse texto se insere. O trabalho que se delineara nas linhas seguintes se caracteriza em estudar a instituição do casamento através da ótica tradicional e da ótica científica higiênica do século XIX, o discurso científico acerca da sexualidade feminina, a atuação da religião diante do discurso científico sobre sexualidade, de uma forma alternativa, unindo duas grandes fontes de conhecimento, a História e a literatura. Para desenvolver a pesquisa usarei duas obras literárias enquanto fonte, *O livro de uma sogra* (1895) e *O homem* (1887), ambos de autoria de Aluísio Azevedo. Por se entender que a escrita de Aluísio Azevedo estava profundamente atrelada a imprensa, se torna necessário problematizar o uso da mesma enquanto fonte. A imprensa será trabalhada desde a publicação dos romances de Azevedo na mesma, as publicações de suas charges e caricaturas, até as publicações de outros autores que abordam questões pertinentes de serem relacionadas com o trabalho em questão,

como, por exemplo, preconceito e problemas sociais. Azevedo trabalhou durante muito tempo em jornais, como colunista, principalmente nos anticlericais, criticando a igreja católica, tanto no Maranhão, seu estado natal, como no Rio de Janeiro. *O livro de uma sogra* e *O homem* são obras não muito conhecidas de Azevedo, e possuem uma carga de escrita dotada de questões como a moral do casamento, as teses científicas sobre a sexualidade feminina, a contestação do discurso religioso da igreja católica, que se encaixam em um recorte temporal, final do século XIX, permeado de mudanças e questionamentos instigantes para se problematizar, como as transformações que o Brasil passou principalmente aquelas mudanças ligadas às teses científicas que procuraram enquadrar a sociedade em novos moldes higiênicos ao estilo europeu.

O estudo será pautado na perspectiva de como Azevedo percebeu as questões mencionadas anteriormente, e principalmente na crítica política que o mesmo faz dessas questões. Política entendida como uma arte que atravessa todas as dimensões da sociedade, que se faz presente em todas as nossas ações, gestos, e perspectivas, visto que somos seres potencialmente políticos diariamente, fazemos política desde as pequenas negociações diárias, até as situações mais complexas.

O que se percebe acerca de Aluísio Azevedo é que suas obras são bastante difundidas, porém de forma geral no âmbito literário, nos programas de letras, de teoria literária, e que uma dimensão bastante rica dessas obras é pouco trabalhada, que é o testemunho histórico que elas oferecem. O trabalho a se delinear a seguir se pautará justamente nesse quesito, problematizar duas obras de Azevedo enquanto fonte histórica, contextualizando-as e questionando os fatos encontrados nas mesmas e na sociedade da época, contrabalanceando os fatos das obras e da sociedade que as viu nascer.

As obras selecionadas a primeira vista não parecem oferecer um campo fértil para o historiador se trabalhar, mas como coloca Marc Bloch (2001, p.49) “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”. E na literatura de Azevedo existe bastante carne humana, que apesar de serem ficcionais foram inspirados em seres reais. Azevedo como intelectual de sua época enxergou as mazelas do período, e assim como todos nós foi uma pessoa cheia de preconceitos moldados em idéias vigentes da época em que viveu, mas isso não o impediu de escrever obras muito caras para se pensar o período em debate, fins do século XIX, oferecendo um panorama impar da sociedade de sua produção.

Ao tomar a literatura enquanto fonte e crítica política no seio da pesquisa se torna importante destacar que o texto literário é diferente do texto histórico em diversos aspectos, o texto literário se torna mais livre, não tem o comprometimento com as fontes, não tem o peso de análise do texto histórico, sabemos que todo escritor ao construir um trabalho leva em consideração seu público alvo, se a obra poderá ou não agradá-lo, mais essa preocupação se torna muito mais densa no texto histórico, então pode-se perceber que o texto literário responde em algumas instancias as questões postas na sociedade que muitos textos históricos não respondem, as fontes dos literários é a sociedade, são os seus olhos, se uma determinada história contada por literários pode ser levada em consideração enquanto uma fonte histórica, como algo verossímil, cabe aos historiados ao tomarem uma obra literária enquanto objeto de pesquisa responder.

Diante dessas questões percebe-se que o texto literário não é a história, ele é um meio de se construir uma história, não se pode tomá-lo como verdade absoluta, ele deve ser problematizado, fazendo dessa maneira uma história a contrapelo como destaca Carlo Ginzburg na obra "*Mitos, emblemas, sinais*", não tratar as fontes como janelas escancaradas acreditando que elas são verdades absolutas, mas também não colocá-las como muros intransponíveis, tratá-las como espelhos deformantes, que através de uma análise minuciosa pode-se perceber quais são as intencionalidades das mesmas, até onde elas podem responder aos questionamentos, perceber o dito e o não dito, as lacunas, e porque essas lacunas existem. É importante pontuar que as fontes só se tornam fontes devido o olhar que nós historiadores lançamos sobre elas, quem as produziu, em diversos casos, não produziu com a intenção de torná-la uma fonte para trabalhar o período que ela foi brotada, então se torna importante o olhar aguçado do historiador para transformar escritos, desenhos, pinturas e diversas outras manifestações humanas em fontes.

O trabalho se pautara em três capítulos. O primeiro capítulo será dedicado a localizar Aluizio Azevedo nos círculos literários do Brasil do final do século XIX. Perceber em que condições de escrita se situava o personagem, qual a sua formação intelectual e como esta se relaciona, aproximando-se ou distanciando-se, de outros sujeitos de seu tempo. O segundo capítulo será dedicado a obra *O livro de uma sogra (1895)*, que trará críticas sociais ao casamento como negocio, assim como uma discussão acerca do casamento tradicional, e do casamento moderno pautado na moral higiênica da segunda metade do século XIX. Por fim, o terceiro capítulo se pautará sobre a obra *O homem (1887)* que trará análises sobre a famosa histeria, que segundo o discurso científico da época, era um doença nervosa que acometia as

mulheres devido a falta de relações sexuais na idade correta (a partir dos 14 anos) e de sua “fragilidade física e intelectual”.

A literatura de Aluísio Azevedo será o ponto de partida para se analisar a sociedade brasileira do século XIX, e suas diversas transformações, porem o trabalho não se fechará somente na literatura, questões que se encontram nessas obras serão trabalhadas, mas ramificações delas brotaram como o processo de transição do império para a república e suas problemáticas, as transformações culturais, econômicas, sociais que se delimitou no Brasil no período a ser abordado.

## **CAPÍTULO 1 – NOS CIRCUITOS DE LETRAS: Aluísio Azevedo entre a literatura maranhense e a carioca.**

Do casamento muito falado de David Gonçalves de Azevedo e Maria Amália Pinto de Magalhães nasceu, no ano de 1857, em São Luís no Maranhão, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, popularmente conhecido como Aluísio Azevedo, o casamento dos pais de Azevedo era bastante comentado em São Luís no período, devido os pais do mesmo não serem casados formalmente, viviam “amigados”<sup>1</sup> como se diz no senso comum. Azevedo é considerado o precursor do movimento conhecido nacionalmente como naturalismo, o mesmo foi uma figura multifacetada: jornalista, romancista, contista, cronista, diplomata, desenhista, pintor, caricaturista, e é considerado o patrono da cadeira número 4 da Academia Brasileira de Letras. Entre as obras de Azevedo podemos destacar: *Uma Lágrima de Mulher*, romance, 1879, *Os Doidos*, teatro, 1879, *O Mulato*, romance, 1881, *Memórias de um Condenado*, romance, 1882, *Mistérios da Tijuca*, romance, 1882, *A Flor de Lis*, teatro, 1882, *A Casa de Orates*, teatro, 1882, *Casa de Pensão*, romance, 1884, *Filomena Borges*, romance, 1884, *O Coruja*, romance, 1885, *Venenos que Curam*, teatro, 1886, *O Caboclo*, teatro, 1886, *O Homem*, romance, 1887, *O Cortiço*, romance, 1890, *A República*, teatro, 1890, *Um Caso de Adultério*, teatro, 1891, *Em Flagrante*, teatro, 1891, *Demônios*, contos, 1893, *A Mortalha de Alzira*, romance, 1894, *O Livro de uma Sogra*, romance, 1895, *Pegadas*, contos, 1897, e *O Touro Negro*, teatro, 1898.

Azevedo não foi apenas o “escritor” ao tratar de seus romances, ele também foi “personagem”, como se pode perceber em diversas passagens de uma de suas obras, *O mulato*, em que o personagem principal Raimundo é descrito como sendo maçom, e como alguém que não aceita o modo preconceituoso de ser da sociedade Maranhense de sua época, características estas presentes na vida pessoal de Aluísio Azevedo. Em outra obra de Azevedo, *O Homem*, um dos personagens, Martinho de Azevedo, candidato a noivo da personagem principal Magda, apresenta algumas características em comum com Aluísio Azevedo, a começar pelo sobrenome, a procedência do pai, que é um cônsul, assim como Azevedo, e o gosto pelas letras assim como o nosso escritor maranhense.

O ambiente que Aluísio Azevedo conviveu no Maranhão foi bem diversificado, várias instancias heterogêneas da cidade puderam ser observada pelo mesmo. No que diz respeito

---

<sup>1</sup>Quem vivia maritalmente, mas não era casado, era «amigado» — expressão que, por via da tradição judaico-cristã dominante, tinha, até não muito tempo, uma carga de censura moral — já que vivia uma união ilícita, sem a chancela da Igreja e/ou do Estado.

aos aspectos físicos e culturais da São Luís de Aluísio Azevedo, Daniela Soares dos Santos declara,

Na década de 1850, São Luís do Maranhão era denominada devido a seu povo e vida cultural, a “Atenas Brasileira”. A cidade era bem provida de livrarias e modernas gráficas, dotada de sobrados em estilo inglês cujas fachadas eram decoradas com pedras de alcantaria, importadas da Europa. O ensino primário havia se desenvolvido desde a Independência na cidade, e os abastados fazendeiros enviavam seus filhos para completar os estudos em Portugal ou França, formando uma classe dirigente aparentemente ilustrada. A cidade contava, desde 1841, com a “Sociedade Dramática Maranhense”, e desde 1852 com o “Gabinete Português de Leitura” um fechado círculo formado por portugueses abastado – criado por David Gonçalves, que viria a ser pai de Azevedo - que visavam garantir acesso mais rápido e fácil às novidades literárias européias. (SANTOS, 2007, p.43)

Alcunha esta de “Atenas Brasileira” que foi adquirida devido á intensa vida cultural de São Luís, que era possuidora de uma literatura florescente com uma enorme quantidade de intelectuais e escritores, nomes como os de Gonçalves Dias, João Lisboa, Cândido Mendes, Odorico Mendes, Sousândrade, Humberto de Campos e outros, constitui aquilo que fez do Maranhão o grande cenário da poesia, da prosa e da produção jornalística no século XIX. Mas, a riqueza da tradição literária maranhense não se limita apenas a este período. Na transição para o século XX, outro grupo de intelectuais maranhenses destacou-se na vida cultural brasileira. Entre eles podemos citar nomes como os de Adelino Fontoura, Teófilo Dias, Raimundo Corrêa, o próprio Aluísio Azevedo, seu irmão Artur Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha, Teixeira Mendes, e Nina Rodrigues. São também dessa época realizações como a fundação da Biblioteca Pública Benedito Leite, do Colégio Liceu Maranhense, o Teatro Artur Azevedo, do Seminário Episcopal de Santo Antônio, da Associação Literária do Ateneu Maranhense, do Instituto de Humanidades, entre outros.

A economia do Maranhão era dominada pelos comerciantes, e os casamentos serviam para consolidar fortunas. Mantimentos, vinhos, tecidos e até as costureiras vinham da Europa, indicavam a classe social e simbolizavam a “civilização” de quem deles usufruía. Economicamente, o Maranhão era uma Província que tinha experimentado um surto econômico muito favorável no que se refere à cultura do algodão, e da cana de açúcar. Mas a partir da segunda metade do século XIX, com a queda nos preços do algodão devido à concorrência estadunidense, e com a demanda por mão-de-obra para os cafezais do sudeste, iniciou-se a decadência no campo. O comércio, que ainda prosperava, e as casas comerciais de importação e exportação assumem, a partir de então, papel primordial. Por outro lado, a fortuna dos comerciantes

estrangeiros, sobretudo portugueses, passou a contrastar com o empobrecimento dos fazendeiros, o que despertou uma onda de sentimento anti-português.

Foi nesse cenário que Aluísio Azevedo cresceu. O mesmo aprendeu as primeiras letras no liceu maranhense, também estudou pintura em casa por influência da mãe, presenciou a permanência da escravidão mesmo depois de promulgada a lei do ventre livre, que deveria contribuir para mudar rotineiramente o cenário escravocrata brasileiro.

O ambiente intelectual no qual Azevedo conviveu no Maranhão era marcado por ser um espaço de intelectuais liberais, que se mostravam simpatizantes de idéias novas e críticos do atual regime no qual o Brasil estava inserido, o monárquico. Azevedo criticou de diversas maneiras o sistema monárquico, as atitudes da igreja católica diante das novas possibilidades que estavam se abrindo para o Brasil.

### **1.1 A partida em direção ao centro irradiador da modernidade.**

O século XIX foi um período de múltiplos acontecimentos singulares para a história de nossa recém formada nação brasileira. A instituição da escravidão já extinta em outros países e que ainda reinava no império brasileiro, era uma das pautas dos intelectuais do período, sobretudo na segunda metade do século, desde Machado de Assis, passando por Jose de Alencar a Aluísio Azevedo são alguns exemplos de intelectuais que se preocuparam de uma maneira ou de outra com a questão escravocrata. Segundo Sidney Chalhoub (2003) a intelectualidade brasileira debatia nesse momento histórico os possíveis caminhos a serem seguidos por o império em relação a população que era escravizada. Machado de Assis em seus contos como *Mariana*, publicado no *Jornal do Comercio* em janeiro de 1871, já vinha trabalhando o tema da escravidão, o mesmo possuiu uma ligação com o projeto da lei do ventre livre também conhecida como “Lei Rio Branco”, promulgada em 28 de setembro de 1871 ao ter sido um dos responsáveis pela fiscalização da aplicação da lei, visto que o mesmo era funcionário público na época. José de Alencar outro intelectual do período também tinha suas convicções com relação á escravidão e a proposta da lei do ventre livre, o mesmo era deputado no período e não apoiava o projeto do governo para libertar os escravos gradativamente. Alencar fez parte do gabinete conservador que era contra a aprovação da lei do ventre livre. Segundo o mes-

mo a instituição da escravidão no Brasil era “moderada”, opinião esta exposta nos seus discursos parlamentares acerca do tema

Quem de nós, Senhores, não teve ocasião de ver, uma e muitas vezes, no seio da família, a mão querida e respeitada, reclinando-se sobre o leito de dor onde jazia o escravo, não levada por interesse mesquinho e sórdido, mas pelo impulso desse sentimento da caridade que é o resplendor da senhora brasileira? (ALENCAR, 1977, p.240).

Percebe-se através do discurso acima que para Alencar o senhor era benevolente em relação ao escravo, tinha para com os escravos sentimentos puro de cuidado e não mesquinhos de propriedade. A condição de escravo para os negros era necessária na visão do autor em questão para que o negro atingisse a “civilização”, pois o trabalho civilizaria, “o escravo deve então ser o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho” (ALENCAR, 2008, p.67). Alencar alega que naturalmente a instituição escravocrata viria a desaparecer assim que cumprisse sua missão, de civilizar o negro pelo trabalho. Isso demandaria tempo para que concluísse seu amálgama. Para ele, entretanto, ainda não era chegada a hora. O negro, no Brasil, seria ainda “neófito da escravidão” (ALENCAR, 2008, p.67) Isso porque, para o autor, o negro ainda seria incapaz de assimilar o que a vida em sociedade lhe requeria, a partir da liberdade que lhe seria concedida. Ainda não estava pronto. Além do mais, colocavam-se em jogo “os fundamentos da ordem social”, Ou seja, as relações entre escravos e senhores eram pacíficas sobre o sistema escravocrata, e a questão da libertação da escravidão deveria partir dos senhores e não de uma medida imposta pelo governo, na visão de Alencar. Para defender suas idéias Alencar se utilizou das seções no parlamento que discutia a aprovação da lei. Para além de sua oralidade no parlamento se utilizou também de sua escrita, redigiu *Tronco de Ipê*, romance que foi publicado entre 1870 e 1871, em forma de Folhetim, ou seja, publicado um capítulo diariamente, onde traçava uma relação pacífica entre senhor e escravo baseada na “doçura” que Alencar defendia possuir essa relação.

Em contraposição a visão de Jose de Alencar, temos a de Aluísio Azevedo, que no período da querela escravocrata da lei do ventre livre encontrava-se no Maranhão, e já desenvolvia pensamentos abolicionistas a respeito do assunto, pensamentos de revolta e denúncia contra essa instituição que coisificava as pessoas. Alguns anos mais tarde, após a aprovação da lei do ventre livre, Azevedo manifestava seus posicionamentos de revolta pela não aplicação correta da lei, muitos senhores mentiam sobre a idade das crianças filhas de escravas para não ter que cumprir a lei libertando-os. Em suas obras como *O mulato*, e *O cortiço* Azevedo

trabalha a questão da escravidão e do preconceito contra negros. Em um trecho de *O mulato*, Azevedo descreve cruamente a venda de escravos

Os corretores de escravos examinavam á plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas; batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura como se estivessem a comprar cavalos (AZEVEDO,2012 p.18)

A escravidão foi um dos temas que despertou o interesse da intelectualidade da época e foi motivo de discursos. Aluísio Azevedo foi bastante repreendido no Maranhão devido suas posições políticas que criticavam a escravidão, assim como muitos outros intelectuais defenderam o sistema escravista “em parte” como José de Alencar.

Em 1876, Azevedo com apenas 19 anos embarca para a cidade do Rio de Janeiro, sede do império, no intuito de estudar na imperial academia de belas artes, hoje academia de belas artes, na época foi morar com Artur Azevedo seu irmão que já residia no Rio de Janeiro há dois anos. Azevedo revelou desde cedo grande interesse pelo desenho e pela pintura, o que certamente o ajudou mais tarde ao trabalhar como caricaturista. Ao chegar a cidade do Rio de Janeiro, espaço no período marcado por uma forte tendência de tentar se construir na sede do império, uma “Paris nos trópicos”, se engaja com intelectuais cariocas, escritores, jornalistas, políticos, que irão ajudar a aprofundar suas idéias republicanas e abolicionistas, que serão expostas através de suas caricaturas e de suas obras literárias.

Nesse primeiro momento no Rio de Janeiro, Azevedo trabalha como guarda livros, e como professor de gramática portuguesa e desenho no colégio padre Teillon<sup>2</sup>. Também se dedicou a pintura e ao teatro, e com o decorrer do tempo passou a ser sua principal ocupação. No Maranhão teve contato com idéias positivistas, abolicionistas e republicanas, idéias estas que foram realçadas ao ter contato com intelectuais cariocas que passaram a compor seu círculo de amigos, relações estas intermediadas por Artur Azevedo, seu irmão mais velho, que trabalhava com jornalismo na época. Do grupo de jovens intelectuais próximos a Azevedo podemos citar três que talvez tenham exercido grande influência na formação intelectual do mesmo. Teixeira Mendes, positivista que lutava em prol do estabelecimento da república; Lopes Trovão, futuro deputado republicano; e José do Patrocínio, jornalista abolicionista.

---

<sup>2</sup>SANTOS. Daniela Soares dos. *Estudo de um projeto de nação para o Brasil de fins do século XIX a partir da leitura dos romances publicados por Aluísio Azevedo entre 1881 e 1895*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte- MG. 2007.

Em meio às transformações rápidas que a cidade do Rio de Janeiro sofre em fins do século XIX, pode-se destacar uma reviravolta no modo de os intelectuais enxergarem sua terra e seus problemas: alguns pensadores passam a reivindicar uma visão mais “realista” e “profunda” reformador em detrimento da concepção “idealista” dos românticos. Aluísio Azevedo aporta neste ambiente reformador. O Rio de Janeiro no período em questão era alvo de constantes observações e composições, era tida por uma grande parcela como uma cidade rica, sede administrativa do império desde 1822, concentrava a maior parte do aparato político-administrativo do Brasil. Ao mesmo tempo, devido a sua situação geográfica, era o principal porto de exportação de café no período. O crescimento urbano mudou a estrutura social da cidade, a atividade comercial possibilitou o surgimento de uma camada burguesa independente da velha oligarquia rural, civilizada, rainha do progresso, que almejava alcançar os modelos das cidades européias, porém essas características não se aplicavam para toda a cidade, uma grande parte dela escondia grandes mazelas sociais que as autoridades fechavam os olhos para não enxergar, Azevedo enxergou essas mazelas ao passar por os subúrbios, o mesmo viveu o cotidiano das pessoas desses bairros, durante um tempo morou em uma casa de cômodo no subúrbio no ano de 1885, o lado moderno da cidade não iludiu o mesmo, para ele era como “se as duas cidades coexistissem lado a lado”, uma cidade maravilhosa e outra encoberta e esquecida perante as autoridades.

Entre 1876 e 1878 Azevedo contribuiu com dezenas de ilustrações, charges e caricaturas para as páginas de jornais cariocas como *O Mequetrefe*, que foi fundado em 1875, periódico este dedicado aos ideais republicanos, embora não assumisse em suas páginas abertamente sua posição política, esta ficava evidente através dos textos e das caricaturas publicadas no mesmo. Contou com um número variado de colaboradores, como, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Henrique Lopes de Mendonça, Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia, Filinto de Almeida e Lins de Albuquerque, entre os caricaturistas, passaram pelo periódico Candido de Faria, Antônio Alves do Vale, Joseph Mill, e o nosso personagem Aluísio Azevedo, que colaborou de 19 de março de 1877 a 07 de setembro de 1877, o periódico se manteve em circulação até 1893. Azevedo também atuou no jornal *O Fígaro*, este foi lançado em 1876, e circulou até abril de 1878, também colaborou no Jornal *A Semana Ilustrada*, que foi fundado em 1860 por Henrique Fleiuss, e foi extinta quinze anos depois, com sua última edição em 28 de novembro de 1875, era um periódico de pequeno formato e oito páginas, sendo quatro destas com ilustrações, e apesar de ter sido um jornal crítico, não lançou críticas a monarquia como faziam muitos dos jornais da época, pois Fleiuss, seu fundador era amigo do imperador na época. Sua periodicidade era semanal e chegava às mãos de seus leitores todos os domingos.

Para além destes Azevedo também colaborou em mais dois jornais, o *Zig-Zag* e, *Comédia Popular*, neste último Azevedo colaborou de 06 de abril a 01 de junho de 1878, todos jornais cariocas de alguma expressão e de tino crítico ao império e à figura de Dom Pedro II, exceto *A semana Ilustrada* como já foi mencionado.

Foram diversos os jornais surgidos na segunda metade do século XIX que tinham como centro de suas pautas a contestação à monarquia e a discussão de novas propostas políticas para o Brasil. Em uma ilustração feita para o jornal *O Mequetrefe* em 1878, Azevedo deixa transparecer toda a influência que sofreu do positivismo Comtiano, conforme pode ser observado no exemplo a seguir.



Figura 1. ALUISIO AZEVEDO. “Juízo Final”. Fonte: *O Mequetrefe*- 1878  
Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670>.

A ilustração da figura número um, datada de 1878 mostra uma previsão do que seria o século XX, quais seriam os preceitos para esse tempo histórico vindouro, que de acordo com Azevedo seria o período do juízo final da igreja católica que perderia sua influência e abriria dessa maneira espaço para a moral positivista de Augusto Comte, que através da ciência traria a liberdade que o povo tanto necessitava. Nos jornais deste tipo no Rio de Janeiro, publicavam-se, também cartuns e artigos de achincalhe político e deboche aberto. Reclamavam da patronagem no preenchimento de cargos públicos, ridicularizavam a família imperial, principalmente através da figura do imperador, ironizavam a distribuição de títulos nobiliárquicos e condecorações, fatores esses que contribuiriam decisivamente para desmoralizar a monarquia, como se pode perceber na ilustração da figura 2, também no Jornal *O Mequetrefe* de 1877



Figura 2. ALUISIO AZEVEDO. “O Gato Republica” FONTE: *O Mequetrefe*. n.106, Rio de Janeiro, 17.07.1877.

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670>.

Segundo Rodrigo Estramano de Almeida (2010) a interpretação para a ilustração da figura numero dois seria a de que Aluísio Azevedo faz uma crítica á instituição da monarquia mostrando um D. Pedro II tentando se equilibrar. Ao seu lado, os ratos do partido conservador e do partido liberal lutam sem perceber a presença do gato República que à espreita espera á hora certa de devorar os opositores. Nessa ilustração, a crítica de Azevedo ao Império e marcadamente à figura de Dom Pedro II, que no desenho aparece patinando com semblante tolo, fica clara. Os correligionários dos partidos do império são representados como ratos, rebai-xando-os muito, portanto, na escala evolutiva e igualando-os a seres ligados às doenças e in-festações. Esperto e à espreita está o gato, animal que porá fim às mazelas espalhadas pelos roedores. O felino é sugestivamente batizado de república, representando, portanto, o sistema que porá fim ao regime monárquico e desestruturará Dom Pedro II e a nobreza. Azevedo defendia abertamente o regime republicano, e utilizava dos meios que tinha a sua disposição para banalizar o sistema monárquico como sendo opressor e antiquado que impedia o avanço da modernidade. Na próxima ilustração da figura 3 também publicada no *Mequetrefe*, percebe-se uma contextualização de períodos históricos distintos acerca do Brasil

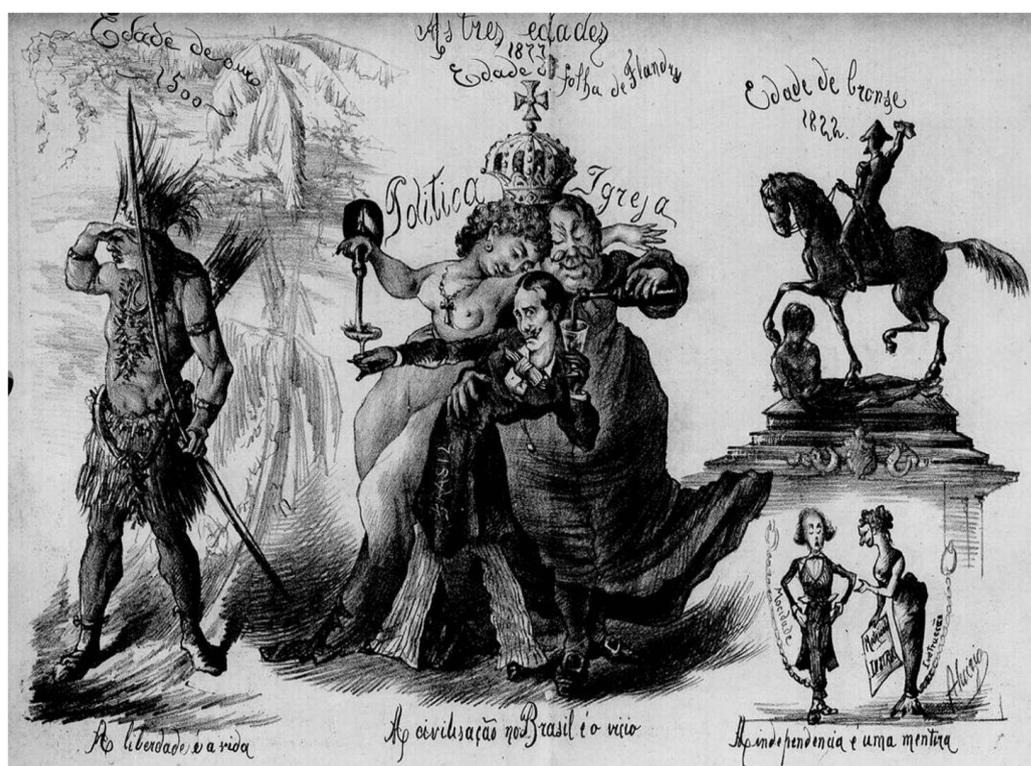


Figura 3-ALUISIO AZEVEDO. “As três idades do Brasil”. Fonte: *O Mequetrefe*, n.94 - 19/03/1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/> 709670

Na ilustração acima “As três idades” pode-se perceber que a primeira idade, a do ouro (1500) é marcada pela presença do índio, forte, robusto e olhando para o horizonte, com o desenho de uma palmeira ao fundo, e com uma legenda declarando “a liberdade e a vida, essa ilustração provavelmente faz referência ao nosso nativo antes da chegada dos portugueses, a legenda faz menção a liberdade que os índios tinham antes da colonização, e o olhar para o horizonte do nativo, pode simbolizar o cuidado com o que vem de fora, do horizonte, que será em breve os colonizadores. Constrói-se a noção da liberdade como existente apenas antes da vinda dos portugueses e o índio como o verdadeiro representante do povo brasileiro. A segunda idade, a da folha de Flandres<sup>3</sup>, se refere ao ano de 1877, no centro da figura temos um homem magro, de semblante oprimido, com o nome Brasil escrito em seu casaco preto, segurando duas taças, uma em cada mão, sendo servido na esquerda por uma mulher, sinuosa, bem nutrida e nua, com a palavra política escrita acima dela, e essa totalmente nua (talvez para representar uma política sem pudor). No lado direito temos a figura de um homem, um padre ou um bispo, considerando as suas vestes e o nome igreja escrita acima do mesmo, e assim como a figura da mulher também serve uma taça para o homem do centro, acima das figuras temos uma coroa, representando o sistema político brasileiro na época, a monarquia. Abaixo da imagem se encontra escrito, “a civilização no Brasil é o vício”, fazendo menção aos preceitos dominantes da época, que era a política monarquista e a forte influência da igreja católica na época. A última imagem da ilustração, no lado direito, escrito “a idade de bronze”, nos traz ao ano de 1822, ano em que D. Pedro proclamou a independência do Brasil, a ilustração traz um homem montado em um cavalo, e uma pessoa sendo pisoteada pelo cavalo, abaixo se tem duas figuras, a mocidade e a instrução conversando, a mais abaixo, escrito “a independência é uma farsa”, Azevedo queria retratar, acredito, que a independência não trouxe liberdade para o povo, tornou-se apenas uma estátua o gesto de D. Pedro, e a pessoa que estava sendo pisoteada pelo cavalo poderia ser o povo, que em nada lucrou com tal gesto de independência. A instrução ao conversar com a mocidade usa uma máscara para retratar que todo o jogo político da independência é uma farsa, que a história que está sendo contada é uma farsa, e ambas estão acorrentadas para relatar a falta de liberdade. Ao tomar a ilustração como um todo é possível perceber que o território que passou a ser conhecido como Brasil após a colonização só foi livre e feliz na época em que era habitado apenas pelos seus nativos, e que a forma de

---

<sup>3</sup>A folha de flandres ou simplesmente flandres é um material laminado estanhado composto por ferro e aço de baixo teor de carbono revestido com estanho.

Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha\\_de\\_flandres](https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_flandres). Acesso em > 21/11/2017.

governo que se instalou, a monarquia era uma farsa que em nada contribuía para uma nação prospera.

As informações passadas através de diversos tipos de desenhos são formas de comunicação que fala aos sentidos do leitor. O trabalho com ilustração, charges, caricaturas, por exemplo, se mostram muito rico considerando as dimensões que este tipo de comunicação atinge. Ela provoca algo muito perigoso nas pessoas, o riso, pois este pode ridicularizar quem foi desenhado, motivo este que faz com que muitas pessoas odeiem serem desenhadas, pois o riso é uma arma contra a qual as defesas são poucas. Para além desse elemento, este tipo de trabalho se mostra eficaz devido às esferas sociais que conseguem atingir, desde as classes letradas, até as iletradas, é uma leitura que se faz através de uma interpretação, dessa maneira o trabalho com imagens é sempre subversiva, na medida em que oferece ao leitor “textos deformados”, que requerem interpretação criativa, acabando por afastá-lo do hábito de ler passivamente. Ela auxilia a traduzir os acontecimentos, conflitos e grandes personagens políticos para a linguagem popular, tornando tais temas mais acessíveis.

Para além dos escritos literários, e de suas ilustrações, Azevedo também se utilizou da poesia para expressar suas idéias, embora não tenha obtido sucesso nesse campo artístico, mas a poesia apesar de não ter sido abundante pode ajudar a perceber as doutrinas de Azevedo, vejamos alguns trechos do poema *Decepção* publicado em 22 de Janeiro de 1822, no *Mequetrefe*

Ó rico tabernáculo! Ó Santa Madre Igreja,  
 Por que queres que o pobre, o pobrezinho seja  
 Dos mandamentos teu sustentador acérrimo  
 Para a vida ganhar com seu suor ubérrimo  
 Não vês, falsa tribuna, a rota do progresso  
 Que vai tornando agora o mundo mui diverso  
 Não sentes esmagar o teu poder o pulso,  
 Que vibra contra ti um século convulso?

[...]

Não! Só pode confiar no Deus crucificado  
 O homem que viveu na treva do pecado,  
 Ou, cego não bebeu na fonte da verdade  
 A luz da inteligência. A ti, humanidade  
 Que do remorso o peso oprimi-te a cabeça

[...]

Se és o grande mar dos rios de dinheiro;  
 Ó vã religião! É que neste universo  
 A ignorância é vasta e pálido o progresso;

[...]

Nós não queremos fé na cruz do “Redentor”

Queremos a instrução! Queremos o vapor!  
 Queremos a ciência! Eletricidade, luz! Luz!  
 Precisamos lutar! Lutar contra o Jesus  
 Que roubou da ciência efeitos do milagre  
 [...]

E quando te faltar o brilho da existência  
 Entrega-te ao teu Deus – o Deus da Consciência!  
 (AZEVEDO, 1877 apud MENEZES, 1958, p.74).

Percebe-se no poema acima um forte sentimento anticlerical por parte de Azevedo, em que o mesmo acusa a “Santa Madre Igreja” de arrancar do pobre o seu sustento. Pode-se distinguir uma vertente positivista no Poema, em que Azevedo acusa a igreja de barrar o progresso, (“Nós não queremos fé na cruz do “Redentor” Queremos a instrução! Queremos o vapor!”) oprimindo seus seguidores nas trevas, impedindo o avanço da ciência.

## 1.2 O Retorno aos Grilhões Maranhenses

Em agosto de 1878, Aluísio Azevedo retorna ao Maranhão por motivo do falecimento de seu pai. Reside três anos no Maranhão, período este em que trabalha fortemente na imprensa, principalmente nos jornais anticlericais, visto que o mesmo era um crítico ferrenho da igreja católica, e de sua doutrinação. Para Azevedo, São Luís, sua cidade natal representava um espaço de grilhões intelectuais, visto que a igreja católica exercia uma forte influência sobre essa sociedade e dominava muitos setores, espalhando sua doutrina para a população, Azevedo á criticava devido ao seu conservadorismo com relação ás novas oportunidades políticas que se abria para a nação, como a mudança do sistema de governo.

A fama que adquiriu como caricaturista no Rio de Janeiro possibilitou o mesmo arrumar emprego como escritor assim que chegou ao Maranhão. Na época São Luís contava com apenas dois jornais o *Publicador Maranhense*, fundado em julho de 1842, que era um órgão oficial do governo provincial e saía três vezes por semana até 1862, quando se tornou diário e deixou de circular em 1886, e o Jornal *O Paiz*, destinado a notícias e variedades, dedicado aos interesses do comércio. *O Paiz* começou saindo três vezes por semana. Depois da Guerra do Paraguai passou a ser diário, cada dia apresentava uma série de avanços e melhoramentos nas edições, fazendo com que se consolidasse na época como um dos mais interessantes jornais do Norte do Império. Publicava importantes artigos sobre questões de lavoura, indústria, artes, finanças e sobre os melhoramentos promovidos pela administração provincial. Durante

a Guerra do Paraguai, *O Paiz*, juntamente com o Publicador Maranhense, adotou a prática de publicar correspondências de militares que se encontravam na linha de frente. Dessa forma, o jornal *O Paiz* projetava-se no panorama da vida social de São Luís. Circulou no decorrer de toda a Guerra do Paraguai encerrando suas atividades somente em 1886, quando se fundiu ao Publicador Maranhense.

Em pouco tempo São Luís ganhou outros jornais, sendo que Aluísio Azevedo ajudou a fundar e militou ativamente em três deles, *A Flecha*, que foi fundado em 1879, veio trazendo um elemento novo para os jornais maranhenses da época, pois foi o primeiro jornal caricatural no Maranhão, usado por Azevedo para atacar o clero maranhense. *A flecha* nasceu em momento propício ao debate das grandes causas que agitaram a vida brasileira nas últimas décadas do século XIX, como a questão da abolição da escravatura, da proclamação da República, de uma nova estética literária, enfim, uma confluência de pretensões renovadores em todos os sentidos, que vinham no bojo da idéia nova, esse caudaloso ideário que, inspirado no materialismo cientificista, tinha como expressões o evolucionismo, o determinismo, o contra-espiritualismos, o liberalismo, o anticlericalismo, o positivismo, o naturalismo, o livre-pensamento. O segundo jornal que contou com a atuação de Azevedo foi *O Pensador*, este teve sua primeira edição publicada no dia 10 de setembro de 1880, em oposição ao jornal *Civilização*, periódico clerical que surgiu quando a Igreja Católica reagia diante da expansão positivista que chegava ao Maranhão. Azevedo fez severas críticas ao clero e a Igreja Católica nesse jornal, e chegou a ser apontado como um indivíduo que possuía pacto com o satanás. A rivalidade era tão grande, que *O Pensador* foi processado judicialmente, acusado de escrever injúrias contra o clero. Após tantos conflitos, Azevedo e seus parceiros perceberam que apenas três edições mensais de *O Pensador* não seriam suficientes para dar conta do embate travado contra o jornal *Civilização*. A partir daí se fez necessária a publicação de um jornal diário. Essa pretensão concretizou-se com o jornal *A Pacotilha*, lançado em outubro de 1880. O jornal foi fundado por Victor Lobato e dirigido durante muitos anos por Agostinho Reis. Em *A Pacotilha*, Azevedo publicou textos de outros autores que compartilhavam dos mesmos objetivos que os seus, como uma forma de se firmar e legitimar sua obra junto aos setores da sociedade. Aluísio Azevedo escreveu muitos artigos para esse jornal. E como era característica sua e de outros jornalistas dessa época, assinava seus artigos com uma infinidade de pseudônimos. Os codinomes dificultavam a ação da Igreja contra seus opositores. Entre os muitos pseudônimos usados por Aluísio no jornal *A Pacotilha* está Giroflê e Semicúpio dos Lampiões. Este jornal foi o último no qual Azevedo escreveu antes de sua partida definitiva para o

Rio de Janeiro. Nele, publicou sua carta de despedida, onde se despediu da sociedade e narra resumidamente sua passagem pelo Maranhão:

#### DESPEDIDA

Ao lerem estas palavras estará o autor delas sendo conduzido a vapor para o Rio de Janeiro e sendo conduzido pela saudade para o mundo nebuloso das meditações e das tédias idéias.

Nessa ocasião ele ao menos sentirá o prazer íntimo de calcular que não desapareceu ainda da memória de seus comprovincianos e deixará embalar-se pela esperança de um dia prestar bons serviços à sua pátria e a seus amigos.

A estes sejam, entretanto dedicadas estas palavras singelas e sem elegância cujo único mérito está exclusivamente na sinceridade que as dita.

Seria imperdoável ingratidão partir sem patetear publicamente o muito penhorado que vou do Maranhão pelos inestimáveis obséquios que me foram dispensados nesta cidade desde que vim do Rio de Janeiro.

Estava bem longe de merecer tanto – vou, por conseguinte com o coração arejado por uma boa idéia de reconhecimento e com a consciência satisfeita pela convicção de não ter jamais procedido mal – não me arrependo de coisa alguma que fiz. Arrastado ao Maranhão pela lastimável morte de meu pai, cujo inventário reclamava à presença de um de seus filhos, tencionava demorar-me aqui apenas três meses – demorei-me quase três anos.

Durante esse espaço tive ocasião de avivar velhas amizades da infância e de entabolar novas relações, que me puseram em contato com alguns caracteres e alguns corações de primeira agoa.

Já é grande consolação não descrer dos homens – já o que me sucedeu. Para aproveitar os lazeres escrevi aqui o meu primeiro romance – Uma lágrima de mulher; pintei um quadro a óleo – Depois de uma banicada; publiquei meu último trabalho literário – O Mulato; fundei com alguns amigos distintos e talentosos O Pensador, do qual só me despedi na ocasião de retirar-me, e finalmente chamado à redação da Pacotilha aqui demorei-me até a véspera de minha viagem.

Todos esses trabalhos que enumerei pouco com nada valerão, se não lhes valer o único mérito que possuem – a boa intenção com que foram praticados.

Essa, afianço que foi a melhor, se nem sempre os recursos intelectuais, do autor corresponderam a sua vontade, não o devemos responsabilizar por isso. Ao contrário, seria resolução firme de aperfeiçoar-se. É uma boa resolução e se ela depende somente do esforço e do trabalho, devemos animá-lo para que ele trabalhe e no futuro produza cousa mais aproveitável.

A intenção possuo-a eu, muito feliz serei se dela colher bons e sazonados frutos. A todas as pessoas que contribuíram por conseguinte para a re-

alização dos trabalhos que empreendi nesta cidade; assim como o público que as acolheu com protetora condescendência os meus mais sinceros protestos de gratidão e estima – em quanto viver guardarei no coração a ideia desses favores.

Agora, que meu irmão Américo veio substituir-me ao lado de minha família, nada mais tenho a fazer aqui e como a plantar minha atividade e minha perseverança em um terreno mais amplo e produtivo.

Sei que audácia dos padres de Santo Antônio aumentará na razão inversa do meu afastamento, porém isso pouco me abala – a lama que me fizeram atirar há de voltar as suas pias de água benta; além disso, tenho bastante confiança no seguinte provérbio – cão que ladra não morde!

Por mais que dissessem eles a meu respeito nunca daria eu por mal empregados os serviços que prestei à sociedade maranhense colaborando abertamente n’O Pensador – muitas famílias tenho consciência de ter arrancado às garras do fanatismo para restituir às sublimes obrigações do lar doméstico.

Digam embora os padres que sou ignorante e atrevido, porém nunca poderão dizer que sou um homem mal intencionado.

O leitor que me desculpe esse esbanjamento de palavras com semelhante assunto, porém depois que tanto se escreveu a meu respeito nesta província, não será muito que também eu acrescente alguma cousa. Muito me escreveu e, seja dito em verdade, a maior parte das vezes desfavoravelmente.

E, como de tudo conservo as melhores recordações, peço licença ao leitor para terminar as minhas despedidas, transcrevendo a seguinte engraçada poesia do Sr. Rocha Santos, que foi o primeiro assento das descomposturas que levei. (...) (AZEVEDO, *Pacotilha*, São Luís, 06 set. 1881)

Na carta acima Azevedo pontua algumas das múltiplas questões que marcaram sua vida. O mesmo fala da publicação de seu primeiro romance, *Uma lágrima de mulher*, e também da publicação de uma de suas obras mais famosas, *O mulato*. Azevedo destaca ainda suas contribuições para com a cidade de São Luis, da fundação de dois jornais, O pensador e a Pacotilha, nos quais o mesmo trabalhou como já foi mencionado anteriormente. A carta é finalizada com uma das questões que esteve no cerne da vida de Azevedo, que é o embate com a igreja católica. O escritor maranhense nas últimas linhas de sua carta alfinetava os padres de São Luis, destacando que após a sua saída do Maranhão os mesmos iriam ficar mais audaciosos. A carta é finalizada com um pedido de desculpas ao leitor por ter que ler mais essa carta acerca de Azevedo, visto que já se escreviam muito acerca dele na província de São Luis, porém em sua maioria esses escritos eram críticas desfavoráveis acerca do mesmo. Essa referência que Azevedo faz aos escritos que circulavam sobre ele diz respeito aos jornais católicos, no qual Azevedo tinha um embate muito forte em São Luis, Maranhão no século XIX.

No ano de sua despedida do Maranhão publica o livro que mudaria a curso de sua carreira, *O mulato* (1881), obra na qual foi feita algumas modificações para sua edição final em 1889<sup>4</sup>, e foi recebida de forma crítica pela sociedade maranhense devido ao seu caráter de denuncia social.

### 1.3 A viagem definitiva a capital do império

Após a publicação de *O mulato*, Aluísio Azevedo retorna ao Rio de Janeiro, e em 1881 se muda definitivamente para a capital do império onde passa a sobreviver financeiramente das letras. Apesar de gostar de escrever Azevedo não se sentia feliz em ter que “fabricar” romances para tirar o sustento. Azevedo almejava um cargo público para que pudesse “escrever” seus romances sem o peso de ter que sobreviver daquela escrita. Em 1891 consegue um emprego público por influência do governador de Niterói, emprego que dura seis meses. Azevedo só consegue entrar definitivamente para a vida política pública em 1895 quando através de concurso público entra para a diplomacia.

Ao se mudar definitivamente para o Rio de Janeiro, começa a publicar seus romances em folhetim, que era um tipo de narrativa literária, que era publicada nos jornais diariamente, essa espécie de narrativa apareceu no Brasil a partir de 1843, com a publicação de romances franceses no *Jornal do Comércio*, inaugurando uma tendência a ser incorporada pela moderna imprensa nascente. O folhetim, que surge na França já em fins do século XIX, é considerado uma obra aberta, pois assim como as telenovelas atuais, descendentes diretas dos folhetins, tinham seus roteiros passíveis de mudanças de acordo com a aceitação popular. A temática explorada nos folhetins variava em cada lugar onde fossem produzidos, mesmo porque a realidade européia divergia bastante do momento vivido no Brasil, e por isso foi importante a atuação de Aluísio Azevedo como escritor de folhetins. Suas narrativas, assim como suas obras, retratavam com riqueza de detalhes as peculiaridades da sociedade brasileira, sobretudo a maranhense e a carioca. Os romances em folhetim era uma narrativa contada dia após dia, os jornais passaram a incorporar essa tendência com a finalidade de se tornarem mais interessantes, não somente para o público considerado erudito, mas também para atingir

---

<sup>4</sup>Segundo Ana Lúcia Enne (1999, p.2), na primeira versão do romance Ana Rosa morreria após presenciarem a morte de Raimundo. Porém esta seria uma celebração do amor romântico que não estaria em conformidade com a proposta naturalista. No final para a versão que se consolidou Ana Rosa se recupera, casa, tem filhos e é uma esposa e mãe exemplar.

a grande massa da população, que após as transformações que começaram a se delimitar no século XVIII, como revolução francesa, revolução industrial, principiam a viver nas cidades, e o jornal a fim de atrair esse público das classes menos favorecidas, que não se interessavam em geral por grande economia, pelo tipo de notícia que se publicava diariamente, apostou em um entretenimento mais atraente e ao mesmo tempo fazia com que as notícias publicadas no jornal fossem lidas por um público mais amplo.

#### 1.4 O naturalismo de Aluísio Azevedo

O final do século XIX também traz consigo a aceleração do fluxo humano nos grandes centros, na cultura, na política, e é nesse cenário que o movimento naturalista que teve na figura de Aluísio Azevedo um dos seus percussores desponta, preocupado com as mazelas sociais o mesmo utilizava-se assim como Emille Zola do método de observação ao escrever seus romances. Segundo Daniele Santos (2007), citando Raimundo de Menezes, Azevedo diversas vezes saiu pelas ruas a observar as pessoas, os cortiços, os locais públicos, obras, a conversar com os trabalhadores antes de escrever, e o fato do mesmo ser caricaturista contribuiu para dar uma riqueza de detalhes maior aos seus trabalhos, pois ao chegar a sua casa de seus passeios e imaginar seus trabalhos, desenhava antes os personagens sobre o qual iria escrever, provavelmente baseados em pessoas do dia-a-dia corriqueiro que encontrava durante os passeios, dando uma vivacidade as personagens que cria no leitor a impressão de conhecer tais tipos, como a descrição que faz de Magda, personagem da obra *O homem*

Quinze anos! E que bem empregados! Muito bem feita de corpo, elegante, olhos negros banhados de azul, cabelos castanhos formosíssimos; pele fina e melindrosa como pétalas de camélia, nariz sereno feito de uma só linha, mãos e pés de uma distinção fascinadora; tudo isso realçando nos seus vestidos simples de moça solteira bem educada, na sua gesticulação fácil, na sua maneira original de mexer com a cabeça quando falava, rindo e mostrando as jóias da boca. (AZEVEDO. 2013.p.6.)

Os escritores do movimento conhecido nacionalmente como naturalismo defendiam que a literatura acarretava um método e um dever. O método seria o rigor científico na representação do mundo e da sociedade; o dever constituiria a crítica aguda da realidade social, apontando suas devassidões a fim de tentar conscientizar a sociedade de suas mazelas e buscando assim uma possível transformação social. Azevedo seria, então, parte do que Nicolau Sevcenko (2003) chamou de “Geração modernista de 1870”, em que, preocupados com os

rumos do Brasil, os autores em suas obras, pelo seu caráter de comprometimento com a realidade – verossimilhança – e um discurso de cunho moralizante teriam a função social de produzir um *saber-poder* que denunciasses os problemas da sociedade e orientasse a população para a transformação de seu comportamento, de transformar esse mundo a partir de sua escrita, tendo a “literatura como missão” e imprimindo assim muito do contexto histórico em que foram produzidas, nesse caso, o Brasil de fins do século XIX. Eram, então, os “mosqueteiros intelectuais”, os escritores-cidadãos, que exerceriam o ideal de cidadania a partir da sua escrita:

A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república, ‘a democracia’. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriavam fazendo-se conhecer por ‘mosqueteiros intelectuais’. (SEVCENKO, 2003, p. 97)

O naturalismo como corrente de pensamento que se delimita em moldes científicos defendia que as características biológicas do ser humano estavam ligadas à hereditariedade e ao meio social a qual pertence. A expressão naturalista mais evidente foi Émile Zola com sua obra *Le roman expérimental* (1880) nessa obra Zola adaptou os estudos de Claude Bernard, que foi um médico francês que iniciou os estudos da medicina experimental, e também se mostrou adepto da idéia dos três fatores do filósofo, historiador crítico e ensaísta Hippolyte Adolphe Taine, que segundo a qual três fatores serviriam para explicar e determinar o ser humano: a raça (hereditariedade), o meio social e o momento histórico, pode-se perceber que tal lei constitui o determinismo biológico, geográfico e sociológico que caracterizou de modo geral a filosofia do final do século XIX. Aluísio Azevedo bebeu na fonte naturalista através de Emile Zola e também de Eça de Queiroz<sup>5</sup>. Do primeiro adquiriu a técnica do “romance experimental” do segundo a linguagem apurada e a criação de tipos.

As idéias naturalistas chegaram ao Brasil com o intuito de apontar os determinismos sociais que deveriam ser combatidos pelas autoridades instituídas a fim de que o progresso social fosse promovido, assim como defendia um de seus principais expoentes, Zola, o progresso só seria alcançado com a extinção das mazelas sociais. Tais idéias se disseminarão

---

<sup>5</sup> José Maria de Eça de Queiroz (25 de Novembro de 1845, Póvoa de Varzim, Portugal- 16 de Agosto de 1900 Neuilly-sur-Seine-França) foi um diplomata, contista e romancista português. Foi um dos mais importantes escritores portugueses da História. Foi autor de romances de reconhecida importância, de *Os Maias* e *O Crime do Padre Amaro*; O primeiro é considerado por muitos o melhor romance realista português do século XIX.

rapidamente pela nação por meio de academias e escolas, tais como as escolas jurídicas de São Paulo (fundada em 1827), de Recife (1854), bem como a faculdade de medicina da Bahia, (1815) e a academia do Rio de Janeiro. Segundo Luciana Uhrem Meire Silva (2012) a inspiração para os que os lutavam contra as tradições, e o espírito da monarquia, bem como a influência religiosa na vida social e política como Aluísio Azevedo, pautaram-se em teóricos como Augusto Comte, Taine, Spenser e Charles Darwin, que tinha os seus pensamentos também divulgados nas lojas maçônicas. Livros foram traduzidos e passados de mãos em mãos ocupando diversas bibliotecas pelo país. Os jornais e revistas foram um importante aliado na divulgação das teorias positivistas e evolucionistas, como *A revista brasileira*, na sua segunda fase, chamada “fase Midosi”, editada por Nicolau Midosi, publicada regularmente e mensalmente, de junho de 1879 a dezembro de 1881, 30 números, reunidos em 10 volumes (que contou com a participação de Machado de Assis e Silvio Romero) e a *Gazeta de notícias*, que foi um periódico publicado no Rio de Janeiro, que circulou entre agosto de 1875 e 1942. Zola fora divulgado pela imprensa do Rio de Janeiro, e as notícias se espalharam por todo o Brasil.

Os temas centrais abordados nas obras naturalistas são: instinto, loucura, violência, traição, miséria, exploração social, raça, entre outros. No Naturalismo, o homem não possui vontade para se determinar, quer dizer, o homem é levado por diversos agentes, como hereditariedade, meio social entre outros fatores. “Entre os principais autores naturalistas brasileiros pode-se destacar, Inglês de Souza, com sua obra *O Missionário*, publicada em 1881, abordando o quanto o indivíduo é influenciado pelo meio; Adolfo Caminha, com suas publicações *A Normalista*, em 1892, que expõe os desvios da sexualidade, e *O Bom Crioulo*, de 1895, que retrata a homossexualidade.

Por volta da década de 80 do século XIX, o romantismo se encontrava extenuado, o Brasil estava passando por transformações, uma época permeada pelo espírito filosófico racional com caráter naturalista, determinista, a estrutura social estava se modificando, a sociedade estava se modificando de uma estrutura agrária para uma fase de industrialização e modernização. A literatura romântica cedeu espaço para o realismo-naturalismo. Segundo Cláudia Silva (2014) o naturalismo teria um marco inicial na sociedade brasileira

O romance naturalista no Brasil tem duas datas delimitadas para o seu início: 1877 e 1881, com respectivas obras de Luís Dolzani (pseudônimo de Inglês de Souza) e a obra *O Coronel Sangrado* e de Aluísio Azevedo e a obra *O Mulato*. Embora a obra de Inglês de Sousa se preceda à de Aluísio, essa última foi considerada marco inicial do naturalismo porque apresentava as características determinantes para o movimento, tais como: o processo construtivo e a análise da realidade social. (SILVA, 2014, p.26)

A obra de Aluísio Azevedo recebeu duras críticas da intelectualidade da época, como por exemplo, de Machado de Assis, que o acusava de escrever obras dotadas de um hibridismo, em que apenas disfarçava com doses de naturalismo importada da Europa o seu romantismo nas obras. Azevedo rebateu a crítica e declarou que estava consciente de sua hibridização pedagógica e que ela era necessária levando em consideração o público leitor que desejava atingir, Azevedo declarou, no capítulo 61 de “Mistério da Tijuca”, romance-folhetim publicado no jornal carioca Folha Nova:

“Diremos logo com franqueza que todo nosso fim é encaminhar o leitor para o verdadeiro romance moderno. Mas isso já se deixa ver sem que ele o sinta, sem que dê pela tramoia, porque ao contrário ficaremos com a isca intacta. É preciso ir dando a coisa em pequenas doses, paulatinamente. Um pouco de enredo de vez em quando, uma ou outra situação dramática de espaço em espaço, para engodar, mas sem nunca esquecer o verdadeiro ponto de partida: a observação e o respeito à verdade. Depois as doses de Romantismo irão diminuindo gradualmente e as de Naturalismo se irão desenvolvendo; até que um belo dia, sem que o leitor o sinta, esteja completamente habituado ao romance de pura observação e estudo de caracteres” (AZEVEDO. Apud. MÉRIAN, 1988, p. 436)

Percebe-se no fragmento acima que Azevedo queria agradecer a crítica literária e ao mesmo tempo vender sua escrita, pois dependeu dela financeiramente durante um período considerável de tempo. Azevedo entendeu que seu público não estava habituado com o tipo de escrita naturalista, de cunho cru, e teve o jogo de cintura de introduzir esse modo de escrita em seus trabalhos aos poucos, para não perder seu público, pois necessitava muito dele.

Aos 53 anos Azevedo torna-se cônsul de primeira classe, instalando-se em Buenos Aires, deixando dessa maneira de sobreviver de sua escrita tão desvalorizada em um contexto de um Brasil que não reconhece o valor de se escrever e ler com qualidade e condições dignas. Morre em 21 de janeiro de 1913 em Buenos Aires. Em 1918 seus restos mortais são transferidos para o Brasil, para São Luís do Maranhão, sua cidade natal, por iniciativa de Coelho Neto.

## Capítulo 2. AMOR E CASAMENTO: uma análise das relações conjugais a partir de *O livro de uma sogra* (1895)

Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), a década de 70 do século XIX foi o momento em que teorias tais como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social darwinismo, começam a se difundir no Brasil, tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial. Essas teorias vindas em sua grande maioria da Europa e dos Estados Unidos tardiamente, em um momento em que elas não estão mais sendo amplamente usadas nesses locais, vão servir para fundamentar questões muito presentes entre os intelectuais brasileiros, no intuito de tornar o Brasil um país atrelado a certo conceito de modernidade, visto que, nas palavras de Lilia Schwarcz, (1993, P.30) “nos institutos, nos jornais, nos romances, era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil de finais de século pretendia se auto representar”. É possível, a partir desse argumento, problematizar um dos legados do período colonial que ficou fortemente enraizado na nossa sociedade, a questão do casamento, de sua finalidade, e das condições para que esse acontecesse.

Muitos autores ao longo da história foram enquadrados em determinadas linhas de pensamentos históricos, teorias e encerrados nas mesmas. Aluísio Azevedo não foge à regra, considerado como o precursor do movimento conhecido nacionalmente como realismo/naturalismo, suas obras que mais se destacaram e que são objeto de diversas análises sempre foram *O cortiço*, *O mulato* e *Casa de pensão*, que em sua maioria são trabalhadas através da lente social, analisando o preconceito racial, das classes menos favorecidas devido sua origem étnica e devido sua situação financeira, dentre outros aspectos. Fugindo à regra este capítulo abordará uma obra em específico e pouco conhecida de Aluísio Azevedo, *O livro de uma sogra* publicado em 1895, trazendo em seu conteúdo teorias consideradas modernas para a época, como uma aguda crítica ao casamento tradicional com todas as suas regras. Neste ponto, em parte para trazer à tona uma idéia geral da crítica e em parte para melhor situar nosso objeto e nosso problema, vale ressaltar uma rápida caracterização das obras de Aluísio Azevedo, feita por Antonio Candido no prefácio que escreveu em 1960 para uma das edições do romance *Filomena Borges* (1884):

A noção de período, ou, melhor, de ritmo, é com efeito importante para compreendê-lo [Aluísio Azevedo], desvendando uma acentuada instabilidade

de criadora, regularmente manifestada na alternância de êxitos e malogros. *Uma Lágrima de Mulher* precede *O Mulato*; mas este primeiro e ainda pouco elevado altiplano é sucedido pela baixada d'*A Condessa Vésper*, e d'*A Girândola de Amores*, que logo se alteia ao primeiro grande livro, *A Casa de Pensão*. A próxima descaída é o presente, *Philomena Borges*, seguido de uma relativa subida *O Homem*, que vai mais alto n'*O Coruja*. A descida seguinte, com *O Esqueleto*, precede a vertiginosa ascensão d'*O Cortiço*, depois da qual se estende uma chata planície: *A Mortalha de Alzira* e *O Livro de uma Sogra* (CANDIDO, 1960, p. 2)

A classificação acima da obra de Aluísio Azevedo por Antonio Candido é aquela classificação seguida por boa parte dos críticos da obra do autor. Soma-se a isso o fato de que se pode facilmente, através das dezenas de análises críticas sobre a obra de Aluísio Azevedo, ligar os chamados “êxitos” do autor a sua produção classificada como naturalista e os “malogros” com a parte de sua produção classificada como romântica. Tais artifícios de classificação acabam por cindir a produção do autor em uma obra de compromisso estético naturalista e engajado, dotado de autonomia criativa e voltado à crítica, e outra, de tipo romântico, que se alterna à primeira, categorizada como folhetinesca dotada de pouca autonomia criativa, voltada ao público em geral e, portanto, a busca do ganho financeiro, ou melhor, dos meios de vida. Este capítulo em parte discorda dessa máxima dos críticos das obras de Aluísio Azevedo, pois o mesmo vem analisando uma obra de Azevedo pouco conhecida, “*O livro de uma sogra*” que é negligenciada em seu conteúdo, pois é tido apenas como mais um romance fabril. A análise a seguir sobre a mesma mostrará que mesmo em uma produção cuja prioridade é o romance, Azevedo conseguiu transpor elementos da realidade a sua volta e fazer dessa obra um testemunho histórico do período que a viu nascer.

## 2.1 O contrato conjugal no período colonial

Durante todo o período colonial, os casamentos faziam-se sob a égide das razões ou interesses familiares. Pais, tutores ou outros responsáveis decidiam que alianças seriam contraídas pelos filhos ou tutelados, considerando apenas os benefícios econômicos e sociais do grupo familiar. Os motivos de ordem afetiva raramente pesavam na determinação de uma união conjugal. O casamento aparecia como uma decisão tomada unilateralmente pelo responsável, que impunha ao dependente a obrigação de casar sem levar em conta sua opinião. O casamento não celebrava o reconhecimento social da união amorosa entre indivíduos. O amor não era um pressuposto necessário à ligação conjugal. Como, aliás, a atração física, cuja au-

sência ou presença em nada alterava a composição da aliança. O casamento como comercio, como norma publica. O contrato conjugal era de fato um relé no intercambio de riquezas. Certas práticas sociais a ele ligadas, como o dote, confirmam esta interpretação. Pelo dote, a mulher transferia ao marido parte dos bens de sua família de origem. A natureza eminentemente econômica da transação matrimonial tornou esta cláusula um requisito indispensável á sua efetivação, sem dote, a mulher estava votada ao celibato.

A imprensa foi um forte aparato político que contribui na disseminação dos padrões sociais para um casamento feliz pautado nas atitudes do homem e da mulher, como destaca Mary Del Priore

Podemos observá-la em pequenos artigos, como o publicado no *Jornal do Commercio* em 1888. O título: *Os dez mandamentos da mulher*. 1) Amar a vosso marido sobre todas as coisas... 2) Não lhes jureis falso... 3) Preparai-lhe dias de festa... 4) Amai-o mais do que a vosso pai e mãe... [...] 9) Não desejeis mais do que um próximo e que esse seja teu marido...

Aos homens: 1) Uma boa mulher toma bem nota, quer ser tratada com juízo. Não abuses de seu coração flexível, pois objetos frágeis quebram-se facilmente. 2) Que as tuas ordens e teus desejos sejam brandos, pois o marido é senhor e não déspota. 3) Se alguém te zangar na rua não te vingues em tua mulher, não exijas tudo com a máxima exatidão; tu erras, por que não o fará a mulher? 4) Não namores outras mulheres, ama unicamente tua mulher, eis o teu dever. 5) Se a mulher te pedir dinheiro por precisar dele, não debes resmungar [...] 9) Ama sempre a tua mulher, não te deixes apossar do mal. 10) Caminha assim com ela de mãos dadas e serão felizes até a eternidade.(DEL PRIORE, 2006. p.186)

Não faltavam conselhos na imprensa. O mais repetido? A mulher deve ser uma boa dona-de-casa. Ela deve aplicar seus esforços no bom comando dos escravos empregados e na excelente educação dos filhos. Ela deve conhecer e praticar todos os pontos de bordado e, entre as elites, cantar e tocar piano. Ela deve ser reservada em seu comportamento, evitando tanto o riso demasiado quanto os bocejos de tédio. Qualquer mulher de moralidade suspeita deve ser evitada. Deve-se, também, resguardar a entrada de qualquer homem em um quarto de mulher, com exceção de padres e médicos. Sendo o casamento indissolúvel, deve-se evitar contato com divorciadas e separadas, consideradas maus exemplos.

Mas a vertente sentimental do casamento não era sufocada apenas pelas razões econômicas. Interesses sociais e preconceitos raciais também contribuíram para o estado de afeto nas alianças conjugais. As famílias de elite, ciosas de seus predicados de raça e estado social

predominante, habituavam aliciar os futuros esposos dos filhos entre parentes próximos ou afastados. Atenuavam, assim, a margem de escolha com base no amor. Segundo Mary Del Priore (2006) os casamentos consangüíneos eram tão comuns, ainda no século XIX, prolongando um costume que existia na colônia, que os arquivos eclesiásticos fervilham de despesas concedidas por bispos para unir primos e tios e sobrinhas. A revelia dos desejos da filha, os arranjos formulados pelos pais eram, por vezes, facilitados pela promessa “de diamantes, das rendas e das carruagens”; como em um conto de fadas. Outra conveniência era o fato de que não seria exigido da jovem esposa dar total afeto ao futuro companheiro, justamente como acontecera com suas avós. Assim casada, fechava-se o círculo do matrimônio por conveniência “o marido passava a exhibir na Opera a amável esposa que comprara”. Satisfeitas as exigências matrimoniais, ela era encerrada em uma torre onde os limites da educação impostos às mulheres e a indiferença afetiva, isolavam-na.

No século XIX, as premissas do casamento adequado mudaram de tom. As razões higiênicas desconjuntaram as razões familiares e estabeleceram novas regras ao contrato conjugal. A defesa da raça e do estado, através da proteção das crianças, foi o ponto de conexão entre os dois fenômenos. O casal higiênico deveria constituir-se com este objetivo.

Segundo Jurandir Freire Costa (2004) o casamento ideal agora seria aquele concebido nos moldes higiênicos e científicos, o que significa que os pré-requisitos para ser um bom conjugue tanto com relação ao homem como a mulher se transformaram. As práticas sociais que davam corpo ao casamento ao antigo modelo colonial foram sendo golpeadas uma por uma. Em relação ao matrimônio assentado em interesses comerciais começou-se a criticá-lo como um mercado, onde se procurava apenas riqueza e não laços amorosos verdadeiros. O casamento consangüíneo também entrou na lista de rejeições da nova ordem higiênica, pois eram casamentos que poderiam originar uma prole fraca. A mulher jovem, pela imaturidade do aparelho reprodutor, arriscava-se a uma gestação ou parto difícil que podiam lesar o feto ou o recém-nascido. O “velho” tinha os órgãos reprodutores “enfraquecidos” e com suas funções perturbadas, o que o tornava inapto a procriar. Muitas dessas uniões faziam pensar em um grupo constituído por avô, filha e netos, quando era marido, mulher e rebentos.

Aluisio Azevedo, ao escrever *O livro de uma sogra* (1895), parece pretender com ela uma obra de cunho social, que se caracteriza como uma crítica aos valores de seu tempo mostrou através de um texto ficcional, os paradigmas que fundamentavam a prática de casamentos estabelecidos através do viés econômico, e dos costumes patriarcais do século XIX. A obra em questão se mostra como um instrumento possível para se fazer uma análise do que era o casamento antes do discurso higienista, ainda submetido aos padrões patriarcais, tradicionais,

bem como do que se tornou o casamento após a introdução desse discurso e de sua tentativa de enquadrá-lo em novos moldes sociais. N’*O livro de uma sogra*, Azevedo nos traz duas situações diferentes com relação aos fatores preponderantes para se constituir um casamento. No primeiro casamento descrito por Azevedo na obra, o de dona Olímpia e seu marido Virgílio, têm-se essa instituição construída dentro dos moldes tradicionais do início do século XIX, em que recursos financeiros, interesses da família, dote, enfim aos moldes dos padrões sociais vigoram e ditam o casamento. Dona Olímpia era de família tradicional, rica, fazia parte da aristocracia carioca, tinha apenas dezenove anos na época de seu casamento. Seu esposo Virgílio era médico, bem sucedido, e tinha vinte e sete anos na época do casamento. O segundo casamento descrito por Azevedo, o de Palmira, filha de Dona Olímpia e seu esposo, o “simples” empregado público Leandro, terá em seu âmago os moldes higiênicos e idéias consideradas modernas para a época, pois o mesmo será baseado no amor entre os conjugues, no corpo higienizado, saudável, em práticas um pouco diversas das tradicionais.

Na primeira situação ele descreve como foi o casamento de Olímpia com Virgílio, relatando quais seriam os quesitos necessários para a moça e o rapaz serem considerados aptos para o casamento, acompanhemos a primeira situação em que Azevedo fala a respeito da figura de dona Olímpia

Eu, pelo meu lado — inocente e pura educada sob os mais austeros exemplos de moral e virtude, tendo feito a minha aprendizagem doméstica sem prejuízo dos meus pequenos dotes sociais; sabendo coser, como sabendo bordar; dirigir o serviço dos criados, governar uma casa, como sabendo tocar piano, receber visitas e dançar uma valsa; e mais: tinha boa ortografia, alguma leitura, que não era composta só de maus romances, um pouco de francês, um pouco de inglês, um pouco de desenho, sessenta contos de dote, princípios religiosos bem regulados, caráter sereno, temperamento garantido por hereditariedade natural, seguros hábitos de asseio, alinho e gosto no vestir, que nada deixavam a desejar, quanto à elegância, mas que jamais roçavam, nem de leve, pelos arrebiques do janotismo equívoco.(AZEVEDO,2003, p.7)

Percebe-se no trecho acima que questões como caráter, religião, etiqueta e atributos financeiros são de importância fundamental para se obter um bom casamento, no caso da mulher. As autoras Marina Maluf e Maria Lucia Mott (1998) destacam que as mulheres ideais para o casamento eram aquelas que formosas ou não, eram sedutoras por qualidade de caráter intelectual, adquirida pela meditação, pelo esforço, pela cultura, enfim. Eram as moças que “possuíam o espírito apetrechado de conhecimentos gerais e solidas noções de arte e literatura, as que sabem fazer pintura a aquarela ou a óleo, as que recitam primorosamente, as que

tocam magnificamente piano ou violino, as que tem gosto e talento para o canto, as que dançam com perfeição, as que falam com precisão linguas estrangeiras, as que exprimem em portugues com correção e elegancia e as que possuem variados conhecimentos de ciencia. Agora acompanhemos o que descreve Azevedo acerca de Virgilio, marido de dona Olímpia

Ele — médico, inteligente e trabalhador, conservando intacto um patrimônio de quarenta contos, que herdara ainda criança; gênio feliz, costumes irrepreensíveis, nada de vícios perigosos e nada de paixões de qualquer gênero. (AZEVEDO, 2003. P.7)

Novamente os preceitos financeiros atrelados a uma profissão considerada respeitável na sociedade oitocentista, conectado a um bom comportamento social são os quesitos que se sobre saem e que se espera de um bom marido. Os sentimentos entre os casados deviam ser nitidamente objeto de uma “educação dos sentidos”. O casamento nesse período deveria ser calmo e terno, sem grandes explosões carnis. Os mesmos iam lentamente esvaziando-se de apetites, se eles tivessem algum dia existido, para consolidar-se em uma nebulosa de sensações domésticas: o bem-querer misturando-se à elevação do espírito, à devoção e à piedade. Tudo, de preferência, na santa paz do Senhor. Carnes tristes e frias, estas das quais se fala nos séculos XVII e XVIII. Impunha-se uma dicotomia sexual, na qual o homem era ativo e a mulher, passiva. O desejo sexual constituía-se em um direito exclusivo do homem, cabendo às esposas, a submissão e a virtude. O esforço de adestramento dos afetos, dos amores e da sexualidade, sobretudo a feminina, afinava-se com os objetivos do Estado Moderno e da Igreja, em tornar a relação entre os sexos mais próxima do ideal da sociedade moralista.

Segundo Azevedo a emblemática noite de núpcias representava o momento da iniciação feminina por um marido que só conhecia a sexualidade venal<sup>6</sup>. O quarto do casal, espaço onde se entrincheirava a sexualidade conjugal, devia ser um santuário; a cama, o altar onde se celebrava a reprodução. “Uma cama de casados”, com tantos pássaros, lençóis de seda, perfumes e anjos que era um pasmar. Por cima dela, velava triste, um crucifixo. Os corpos estavam sempre cobertos e há registros orais de camisolas e calçolas com furos na altura da vagina. A nudez completa só começa a ser praticada no início do século XX; antes estava associada ao sexo no bordel. Azevedo descreve toda a sua critica a famosa noite de núpcias como sendo algo “exigido” dos conjugues

---

<sup>6</sup> Que é vendável.

Haverá coisa mais repugnante e mais estúpida do que esse velho costume de preparar a cama dos noivos? e cobri-la de flores, e cercá-la de obscenos cuidados? E mais: depois de um baile, depois de escandalosas fórmulas e cerimônias, em que entram véus brancos e grinaldas de flores simbólicas e depois da vexatória exposição das duas vítimas a todos os olhares e íntimos juízos dos convidados, conduzir a pobre noiva, toda paramentada, para o quarto que lhes destinam, para o toro do defloramento, no meio de um cerimonial de palavras e gestos, trocados entre madrinhas e padrinhos; e depois — abandoná-la ao noivo, de quem se presume não haja nunca recebido uma carícia sensual; e deixá-los a sós, presos na mesma alcova, forçosamente distraídos do seu desejo, a olharem-se um para o outro, sem ter nenhum o que dizer, que não seja afetado e banal; ela a tremer, intimidada pelo desconhecido e pelo terror do que a espera; ele constrangido e aflito, por sentir-se fora de seus hábitos regulares e longe do seu bem-estar, e tendo de despir-se ali mesmo, defronte de uma virgem, e deitar-se com ela na mesma cama, e, afinal, tomá-la convencionalmente nos braços, enquanto a paciente, com toda a lucidez do seu espírito, entanguida e sarapantada de susto, em vez de pensamento de amor, em vez do apócrifo “*Enfin seuls*”, só rumina e babuja entre dentes esta frase ridícula e medrosa: “É agora!”. Então, haverá coisa mais repulsiva e mais bárbara do que isto? (AZEVEDO. 2003. p. 55)

Percebe-se que Azevedo abominava o modo como os casamentos eram consumados, com toda a atenção voltada para a relação sexual do casal. A descrição acima faz referência ao primeiro casamento, ou seja, ao casamento baseado no modelo tradicional, em que o sexo tem como única finalidade a procriação. Essa questão com relação a prática sexual do casal irá se modificar com o casamento higiênico. Segundo Jurandir Costa (2004), um casamento puramente baseado na sexualidade seria fraco do ponto de vista higiênico, e então o amor entrou em cena. O sexo precisava do amor para permanecer circunscrito nos limites da casa. Ao estado interessava não só a família fecunda, mas a família responsável. A família amorosa, não se contentava apenas em procriar, mas em se completar sentimentalmente. O amor era o mecanismo de *feed-back* encarregado de manter o sexo em níveis compatíveis com a homeostase<sup>7</sup> familiar e social. Essas questões são as que irão permear o segundo casamento descrito por Azevedo a seguir.

## 2.2 Casamento Higiênico

---

<sup>7</sup>Homeostasia (ou homeostase) é a tendência existente em alguns organismos para o equilíbrio e conservação de elementos fisiológicos e do metabolismo através de alguns mecanismos de regulação. Disponível em: <https://www.significados.com.br/homeostasia/> Acesso em <>10-06-2018 as 16h08min. A palavra foi empregada no trecho em questão para se referir a um equilíbrio familiar.

Paralelo ao casamento de dona Olímpia, Azevedo coloca as questões que rodeiam o casamento de Palmira, filha de dona Olímpia, casamento este que vai conter todos os ideais do movimento higienista da época e da moral científica para se obter um matrimônio feliz e uma boa prole.

Dona Olímpia teve um casamento ao modelo tradicional, em que o dote foi fator primordial para consolidar a união, em que o amor ficava em segundo plano, assim como a atração física cuja ausência não influenciaria em nada a composição da aliança. Em contrapartida, o casamento da filha de dona Olímpia, Palmira, foi um casamento baseado no amor, e não mais no dote, e no aparato social que circundavam as uniões, foi uma união moderna para a época do qual Azevedo escreveu a obra, fins do século XIX, visto que mesmo após a independência os casamentos arranjados continuaram a se propagar. Houve uma espécie de choque de gerações em relação os dois casamentos, visto que um já vai possuir os ideais científicos em seu cerne, enquanto o outro será totalmente marcado pelo viés tradicionalista.

No segundo caso, o do casamento de Palmira os preceitos para se escolher um bom marido mudam, agora quem dita o que é melhor é a ciência e não mais os bons costumes. O marido de Olímpia foi escolhido de acordo com sua posição social, seu status, o de Palmira será de acordo com preceitos higiênicos e eugenistas, como coloca Azevedo em uma conversa entre a mãe de Palmira e um médico amigo dela a respeito de Leandro, futuro marido de Palmira

— Um rapagão, Olímpia! O que se pode chamar um rapagão! Equilíbrio perfeito entre o sistema nervoso e o sistema muscular! Órgãos em belo estado de pureza! Uma autópsia seria a mais esplêndida vitória para as suas vísceras! Devia deixar-se dissecar, por orgulho! Então, César!... Fale a sério, meu amigo! — Não lhe descobri o menor vício no organismo. Os pulmões são os de um ferreiro; o coração funciona como um Patek Philippe; o fígado não parece fígado nacional. Os rins fariam inveja aos de um atleta! Tórax soberbo; bíceps de gladiador! Em minha presença manejou, com a maior facilidade e destreza, halteres de trinta quilos cada um! Sim?...

— É o que lhe digo! E a conformação geral do corpo, esteticamente falando, é simplesmente maravilhosa! Quando o vi nu, pensei ter defronte dos olhos uma estátua grega. Marte e Apolo fundidos, formando um homem. Que belo conjunto de força e delicadeza anatômica! Nem sei como, com a degeneração da raça latina e com a crescente depravação de costumes, ainda possa haver — no Brasil! Um moço em semelhantes condições físicas! Verdade é que ele é de raça catalã! Que entusiasmo, meu amigo! — Entusiasmou-me, com efeito, o demônio do rapaz! Nunca vi, na minha clínica, um espécime tão puro! (AZEVEDO. 2003. p.41.)

Nessa descrição do marido ideal, os preceitos da saúde se sobre saem, visto que após a institucionalização da medicina, com o discurso médico, procurou-se construir familiar base-

adas em corpos saudáveis e não somente em valores financeiros. Na citação acima se pode perceber preceitos da teoria Eugênica.

Para situar o momento de difusão do debate acerca da teoria da Eugenia é necessário entender o contexto de surgimento dessa teoria. Segundo Lilia Schwarcz (1993) no século XVIII, aglutinou-se duas amplas vertentes científicas que enfrentaram o desafio de ponderar acerca da origem do homem, a vertente *monogenista*, e a *poligenista*. De um lado, a visão *monogenista*, predominante até meados do século XIX, agrupou a maior parte dos pensadores que, conforme as escrituras bíblicas acreditavam que a humanidade era uma. O homem, de acordo com essa versão, teria se originado de uma fonte comum, sendo os diversos tipos humanos apenas um produto “da maior degeneração ou perfeição do Éden” (SCHWARCZ, 1993.p.64). Nesse tipo de argumentação vinha embutido, por outro lado, a noção de *virtualidade*, pois a origem uniforme garantiria um desenvolvimento retardado, mas de toda forma semelhante. Pensava-se na humanidade como um gradiente, que iria do mais perfeito (mais próximo do éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração), sem pressupor num primeiro momento, uma noção única de evolução.

Em contraposição a teoria *monogenista*, a hipótese *poligenista*, que veio como uma alternativa plausível, em vista da crescente sofisticação das ciências biológicas e, sobretudo diante da contestação ao dogma *monogenista* da Igreja, defendia a existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas. A versão poligenista comportava o fortalecimento de uma interpretação biológica no diagnóstico nos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente arrostados como decorrência imediata de leis biológicas e naturais. Essa teoria foi alentada, sobretudo pelo nascimento simultâneo da *frenologia* e da *antropometria*, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro de diferentes povos.

Estas eram as teorias explicativas para a origem e transformação do ser humano ao longo do tempo até o início do século XIX. Em 1859, a publicação de *A origem das espécies*, do cientista Charles Darwin veio introduzir no debate científico um viés mais intrincado. Em meio a esse debate científico sobre raça, surgem algumas ramificações da teoria de Charles Darwin, como o determinismo geográfico, e o darwinismo social. O determinismo geográfico defendia que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio. Para os autores dessa escola era suficiente a análise das condições físicas de cada país, “dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala” (SCHWARCZ, p. 76. 1993), para uma avaliação objetiva de seu potencial de civilização. Já o darwinismo social defendia a teoria de que o processo de miscigenação era algo prejudicial à espécie humana, já que se credi-

tava que “não se transmitiam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros”, e, portanto não sujeitos a processos de miscigenação, e compreender a mestiçagem como sinônimo de “degeneração racial e social”.

A expansão do debate de raça, por sua vez, implicou um, “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, a *Eugenia*, cuja meta era intervir na reprodução das populações. O termo “eugenia”, *eu*: boa; *genus*: geração foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. O mesmo era conhecido na época por seu trabalho como naturalista e como geógrafo especializado em estatística, escreveu seu primeiro ensaio na área da hereditariedade humana em 1865, após ter lido *A origem das espécies*. Em 1869, Galton publicava o texto *Hereditary genius*, que até a contemporaneidade é considerado o texto criador da Eugenia. Nesse livro Galton buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. Assim, as proibições aos casamentos inter-raciais, as restrições que incidiam sobre “alcoólatras, epiléticos e alienados”, visavam, segundo essa ótica, a um maior equilíbrio genético, um aprimoramento das populações, ou a identificação precisa das características físicas que apresentavam grupos sociais indesejáveis. Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava à produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e talvez o mais importante, desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade. O movimento de eugenia incentivou, portanto, uma administração científica da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social. A eugenia não apenas representava a política social desse modelo determinista, como revelava as incompatibilidades existentes entre evolucionismo cultural e darwinismo social.

A Eugenia não era uma ciência *stricto sensu*, antes um projeto político-social que se apoiava em sua suposta cientificidade para justificar e implantar práticas sociais de controle da população, em especial os mais pobres: mulheres, crianças e categorias sociais estigmatizadas como negros, mestiços, prostitutas, homossexuais e portadores de deficiências físicas ou mentais. As técnicas mais conhecidas de “aprimoramento da raça” foram as adotadas pelos

adeptos da eugenia mendeliana:<sup>8</sup> esterilizações, segregação sexual compulsória e eutanásia. Na Argentina, no Brasil e no México predominou uma versão chamada "eugenia matrimonial", a qual enfatizou formas de controle baseadas em exames médicos e certificados pré-nupciais. O único país latino-americano a empreender a esterilização foi o México, enquanto na Argentina discutiu-se com seriedade a emissão de cartões de identidade biotipológica, os quais definiriam e imporiam a escolha de parceiros reprodutivos considerados compatíveis. O racismo e o pressuposto sobre o direito da ingerência estatal e/ou médica na vida sexual e reprodutiva dos indivíduos retratam o contexto social e histórico autoritário em que se desenvolviam tais idéias e, infelizmente, também políticas públicas.

Azevedo ainda faz uma crítica ao sexo no casamento somente dedicado a procriação. O sexo deveria ser um momento de prazer, estabelecido entre o casal na ocasião em que eles mais acreditassem ser conveniente, e não deveria ser usado sob pressão com o intuito de produzir herdeiro, “e como se faz com as cadelas e os cães de raça que têm de procriar”. (Azevedo, 2003.p.57) Os casamentos adquiridos por negócio, ou em tenra infância, somados a outros em que idiosincrasias da mulher ou do marido revelam o mau estado da união, que Azevedo vem a criticar em sua obra, comprovam que as relações sexuais no sacramento eram breves, desprovidas de calor ou refinamento. Cada vez mais se evidencia o elo entre sexualidade conjugal e mecanismos puros e simples de reprodução.

Paralelo a consumação do primeiro caso de casamento abordado por Azevedo, em que a mulher dona Olímpia sente um “desejo único foi fugir e pedir socorro” (Azevedo. 2003.p. 55), a consumação do segundo casamento acontece fora do ambiente familiar, em um jardim, cercados dos regalos da natureza, onde os dois se sentiram livres e felizes, sem o peso da obrigação de provar a consumação, e do constrangimento que os olhares indiscretos dos curiosos despertam.

*O livro de uma Sogra* faz um elogio ao divórcio nos casos em que a convivência em família ou mesmo os filhos acabam por “esfriar” o amor conjugal. Percebe-se esse ponto no momento em que a personagem dona Olímpia declara que sua separação foi necessária, pois o casamento estava se tornando um fardo, um ninho de infelicidade. Até as primeiras décadas do século XX, toda a ameaça ao casamento era alvo de críticas. O tema do divórcio era considerado “imoral”; “a pior chaga da sociedade”; “só em casos excepcionais e depois de rigoro-

---

<sup>8</sup>Os eugenistas adeptos da eugenia mendeliana se utilizavam das teorias de Mendel acerca da hereditariedade para fundamentar seus posicionamentos. Para Mendel existiriam fatores internos que poderiam ser distribuídos nas gerações através da “repartição estatística dos fatores hereditários que produzem uma primeira geração híbrida fenotipicamente uniforme, que se dispersa em continuação, nas gerações seguintes, segundo as regras da probabilidade.

síssimo processo”. Para, além disso, Azevedo defende abertamente o prazer sexual da mulher embora em alguns momentos da obra atribua a ela um papel de subalterna, dificultando que se perceba quando ironiza e tece críticas sociais e quando realmente defende uma posição. No casamento tradicional, da obra *O livro de uma sogra*, o sexo, por exemplo, era praticado unicamente com fins de procriação, em contrapartida com o casamento higiênico, que na obra é abordado através da filha de Dona Olímpia, Palmira, o sexo já se estabelece nos moldes do amor conjugal.

Segundo Jurandir Costa (2004) a nova estruturação do casamento trouxe consigo normas rigorosas baseados nos discursos científicos de raça, porem, por outro lado, prometiam aos eleitos da raça, deleites nunca antes experimentados. Como o direito de escolha individual do conjugue, como vai acontecer com a personagem Palmira, em nome da fruição do sexo e do amor. E no que concerne a sexualidade, uma modificação notável foi introduzida na vida sexual como destaca Jurandir Costa

Ate o século XIX, a sexualidade interferia muito pouco na estabilidade familiar. A solidez de um casal não dependia do nível de sexualidade que permeasse a relação. O exercício sexual no casamento restringia-se á cópula com vistas á procriação. O sexo tinha um andamento conjugal oculto, isento de comentário público. (COSTA. 2004. p. 226)

Percebe-se que a higiene passou a ressaltar a sexualidade do casal, assinalando-lhe um papel decisivo na harmonia e na concretização do casal modelo. O sexo passa a ser dentro da legalidade do matrimonio, objeto de regulação médica, não por seus excessos, mas por suas deficiências. A diminuição do potencial sexual entre os conjugues passou a ser um problema de higiene a ser combatido.

O casal medicalizado devia ser plenamente sexualizado. Do bom desempenho sexual dos conjugues dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. O direito de gozar tornou-se uma obrigação cívica, e não somente o direito do homem, o da mulher também. Acreditavam os higienistas que se a mulher gozasse, fosse satisfeita sexualmente em casa, diminuiria a chance da mesma se prostituir fora do casamento, assim como o homem também, formando uma ”família feliz”.

### 2.3 A inferioridade Feminina

Azevedo compartilha na obra *O livro de uma sogra* idéias disseminadas largamente pelos círculos científicos do período acerca da mulher. Durante muito tempo, a mulher ocupou um papel secundário na família e na sociedade. Dependente do pai, e depois do marido, a figura feminina estava privada de uma vida própria. Não usufruía de direitos igualitários com o homem. A educação se restringia às atividades que fossem úteis ao ambiente doméstico. A mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem salientar as desigualdades.

O desenvolvimento da ciência veio através de teses científicas comprovar a “inferioridade” da mulher com relação ao homem, inferioridade que Azevedo aborda em sua obra

Dir-me-ão talvez que, tanto um como outro, não preenchem o ideal da mulher, e que o melhor partido é o de um homem que a ame de igual para igual. Não. Essa igualdade é bonita, mas é impossível e, se fosse possível, seria inconveniente. A mulher, já pela sua especial constituição física e intelectual, já pelo seu natural estado de passividade, não pode em caso algum ser a igual do homem com que vive. O raro caso da absoluta superioridade da mulher é uma anomalia que traz fatalmente o desequilíbrio no casal. (AZEVEDO. 2003.p.19)

Azevedo como homem de letras e emergido no discurso científico reproduz o preconceito moldado em bases científica com relação às mulheres e as conexões por estas estabelecidas. Jurandir Freire Costa (2004) ao tratar das normas médicas em relação à família no século XIX, enfatiza em termos transparentes o que se propagava a respeito do corpo feminino para confirmar sua suposta inferioridade. O discurso científico afirmava que toda a constituição moral da mulher resultava da fraqueza inata de seus órgãos; tudo era subordinado a este princípio pelo qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem. Esta inferioridade feminina manifestava-se pela predominância das faculdades “afetivas”, conforme provava a anatomia frenológica<sup>9</sup> do médico e anatomista alemão Franz Joseph Gall, que por volta de 1800 desenvolveu uma teoria que reivindicava ser capaz de determinar o caráter, característica da personalidade, e grau de criminalidade pela forma da cabeça, dessa maneira as observa-

<sup>9</sup> Frenologia (do Grego: φρήν, *phrēn*, "mente"; e λόγος, *logos*, "lógica ou estudo") é uma teoria que reivindica ser capaz de determinar o caráter, características da personalidade, e grau de criminalidade pela forma da cabeça.

ções anatômicas de Dr. Gall confirmam esta diferença primeira estabelecida entre o homem e a mulher. Com efeito, Gall observou que as mulheres têm geralmente a cabeça mais volumosa na parte posterior e a frente mais estreita: e sabemos que ele atribui às partes posteriores do cérebro as faculdades afetivas, e às partes anteriores as faculdades intelectuais, concluindo dessa forma que as mulheres tinham maior capacidade para as relações amorosas, enquanto os homens tinham nascidos para as atividades “intelectuais”.

A aparência dizia muito sobre homens e mulheres no sistema patriarcal em que se vivia. O homem tenta fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela, o belo. O culto pela mulher frágil, que se reflete nessa etiqueta e na literatura e também no erotismo de músicas açucaradas, de pinturas românticas; esse culto pela mulher é, segundo Jurandir Costa (2004) um culto narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante que se serve do oprimido dos pés, das mãos, das tranças, do pescoço, das ancas, das coxas, dos seios como de alguma coisa quente e doce que lhe amacie, excite e aumente a voluptuosidade e o gozo. O homem aprecia a fragilidade feminina para sentir-se mais forte, mais dominador, assim como descrevia Azevedo

A mulher creiam todos, sente prazer em reconhecer-se passiva, em ver em si um ente fraco e por isso mesmo digno de respeito; goza com sentir indispensável o apoio moral e físico do homem a quem se entregou toda inteira, toda confiante, de olhos fechados. (AZEVEDO. 2003.p.19)

Todo o jogo de aparências colaborava para acentuar a diferença: a mulher tinha de ser dona de pés minúsculos. Seu cabelo deveria ser longo e abundante preso em penteados elaboradíssimos para fazer frente a bigodes e barbas igualmente hirsutos. Homem sem barba era fraco. A cintura feminina era esmagada ou triturada por poderosos espartilhos, acentuando os seios aprisionados nos decotes o peito de pomba e o traseiro, aumentado graças às anquinhas. Tal armadura era responsável, segundo os médicos mais esclarecidos, por problemas respiratórios e hemoptises, ajudando a desenhar a figura da heroína romântica, “a pálida virgem dos sonhos do poeta”, doente do pulmão.

Azevedo ainda pontua outra questão carregada de preconceito no universo do casamento do século XIX, a de que a mulher não poderia casar com um homem de cor (mulato, negro, mestiço), pois a mesma necessitaria de alguém superior a ela para integrar sua casta social, concebendo assim uma prole saudável, e as pessoas de cor eram vistas no discurso social e científico como sendo inferiores, quando estes casamentos entre etnias diversas tives-

sem que acontecer era sempre preferível que o homem se casasse com uma mulher de cor, esta opção estava mais plausível para o sexo masculino, como deixa claro Azevedo

E, ainda neste particular, caso não seja possível obter a igualdade, dada a circunstância de que uma das partes do casal tenha de ser, na raça ou na condição, inferior à outra, é preferível, para todas as conveniências e efeitos, que a parte inferior na raça ou na condição seja a mulher e não o homem. É mais natural e aceitável ver um branco casado com uma mulata ou um mulato com uma preta, do que ver uma branca ligada a um preto ou a um mulato; pela simples razão de que, na apuração e aperfeiçoamento da casta, a mulher só entra em concorrência como passivo auxiliar. (AZEVEDO. 2003. p. 19)

Azevedo faz essa crítica relacionada aos casamentos entre grupos étnicos opostos, devido o fato dos ideais científicos da época distinguir nesse tipo de casamento uma união que provocaria “degeneração racial”. Eram comuns, particularmente no interior do Brasil, famílias constituídas por um homem branco cuja companheira mais ou menos permanente, segundo o caso era uma escrava ou uma mestiça. Somava-se a isso a desproporção entre homens em maior número e mulheres em menor número. Percebe-se em Azevedo uma preocupação constante com a questão do casamento, não somente *n’O livro de uma sogra*, mas em muitas outras obras, como em *O homem*, talvez essa questão tivesse obtido um espaço tão grande na vasta escrita de Azevedo pelo fato de ser um tema muito presente no cotidiano científico, literário da época, e mais do que isso, presente na vida de Azevedo. No período em que o mesmo estava na ativa nas letras, ele permaneceu solteiro legalmente, e o casamento de uma forma aparentemente negativa permaneceu em sua vida e em sua escrita. Azevedo não via o casamento tradicional como algo interessante, e se utilizou de paralelos entre o casamento tradicional e o higiênico, para manifestar suas opiniões.

### **CAPITULO 3. ENTRE O SABER CIENTÍFICO E O SABER RELIGIOSO: considerações sobre moral e sexualidade em *O homem* (1887)**

A segunda obra a ser analisada nesta escrita é “*O homem*” publicada em 1887, e classificada como um expoente de obra naturalista, porém é pouco explorada como testemunho histórico, a análise que se fará a seguir se pautará no viés duplo da obra, como uma testemunha histórica de questões envolvendo sexualidade, moral, ciência, e religiosidade, e também permeada do discurso do movimento conhecido nacionalmente como realismo naturalismo.

Na epígrafe de *O homem*, Azevedo expõe claramente que se trata de uma obra de cunho naturalista “Quem não amar a verdade na arte e não tiver á respeito do naturalismo ideias bem claras e seguras, fará, deixando de ler este livro, um grande absequio a quem a escreveu.” (AZEVEDO, 2005. p. 01) *O homem* tratara dentre diversos temas da famosa histeria, que segundo Michel Foucault (1978)<sup>10</sup> encontra duas linhas de evolução essenciais que tenta explicar essa doença, uma que na ótica do discurso científico da época a classificava como uma doença nervosa que atingia as mulheres devido á falta de atividades sexuais”, e outra que tende a integrá-la aos poucos no domínio das doenças do espírito, ao lado da mania e da melancolia. Para além dessa questão a obra trata da relação entre o saber religioso e o científico, dentre outras questões que foram alvo de debates entre intelectuais e cientistas na sociedade como um todo do século XIX.

O naturalismo lançou raízes no solo brasileiro durante um período fortemente marcado por embates entre a Igreja e o Estado, este embalado pela filosofia positivista promovida por maçons, que culminou na separação definitiva das duas instituições em 1890 por meio do Decreto 119-A<sup>11</sup>. Os escritores tiveram grande investida na produção de discursos que se opunham aos interesses do clero católico. O elemento distintivo do fenômeno literário anticlerical oitocentista é seu apego ideológico à ciência como caminho natural e seguro na busca da verdade universal e reguladora do comportamento de todos os homens e entidades sociais, e Aluisio Azevedo se encaixa nesse contexto e neste tipo de escrita anticlerical.

Como já salientado, a produção literária naturalista tem seu berço no positivismo, o que implica dizer que essa tinha a pretensão de apreender uma pretensa verdade objetiva ba-

<sup>10</sup> FOUCAULT. Michel. *História da loucura na idade clássica*. Editora perspectiva. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo. 1978.

<sup>11</sup> Decreto de autoria do polímata brasileiro Ruy Barbosa de Oliveira proclamado na constituição federal de 07 de Janeiro de 1890 que tinha como finalidade proibir a intervenção da autoridade Federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias afins.

seando-se em um trabalho minucioso de descrição dos fatos sociais, restringindo a literatura a uma visão empírica e utilitária. Sendo assim, a veracidade da religiosidade, com todo o seu arcabouço discursivo, é intensamente questionada por meio da fala cientificista que, valendo-se do método de observação e de descrição de tais manifestações, pretende naturalizar todas as práticas sociais, inclusive as de teor metafísico. O naturalismo proferido em obras literárias possui um interesse pelo homem desprezado, incompreendido, doente, esse fato não deve ser tomado como um desprezo pelos bem dotados, mas apenas uma conscientização que o escritor quer dar aos problemas sociais em questão esquecidos. Que poucos se detêm em observar.

Assim, obedecendo à lógica naturalista de observação e de análise objetiva do fenômeno social, na obra *O homem Azevedo* descreve a lógica religiosa do período através de uma personagem, Dona Camila, uma senhora de idade, devota da igreja e de seus princípios, em contraposição descreve a lógica científica da época através da figura de Dr. Lobão, o médico da família de Dona Camila. Trata-se, sem dúvida, de uma prática discursiva gerada na concepção de binarismo, na qual se encontrava de um lado a Igreja e de outro a Ciência. O debate principal da obra se desenvolve em torno da personagem Madalena, ou simplesmente Magda. A mesma chega aos seus vinte anos sem casar, e sem ter iniciado uma vida sexual, visto que na sociedade oitocentista, período no qual a obra retrata o sexo para as “moças de família” estava atrelado ao casamento. Magda desenvolve uma doença, que para a ciência, na figura do Dr. Lobão seria o começo de uma histeria, doença nervosa que supostamente se originava no útero, caracterizada por convulsões, crises nervosas, e que poderia ser curada através de sexo, coito, e este só poderiam acontecer para Magda caso ela se casasse. Paralelo a opinião da ciência, temos a figura da religião, na pessoa de dona Camila, uma tia já idosa de Magda, considerada Beata, por suas características, estado célibe de solteira, leiga, vida devocional intensa, constituída por longas horas de oração, práticas de jejum, frequência aos sacramentos, podendo até mesmo ser beneficiada com aparições e êxtases místicos. Dona Camila ao se deparar com estado de saúde da insuportável Magda, e o método (Casamento) utilizado pelo pai da mesma, o Conselheiro Pinto Marques para ajudá-la, apóia a atitude de Magda, que em vez de casar, se volta para Deus, e para a Igreja

— Fizeste muito bem, minha filha! aplaudiu a tia, abraçando-a transportada.  
 — Fizeste muito bem em te voltares para a igreja! Deixa lá falar teu pai, que não entende disto e está tão contaminado de heresia como qualquer homem deste tempo. Deixa-o lá e entrega-te às mãos de Deus, que terás bem-aventurança na terra, como mais tarde a pillarás no céu.

A sobrinha falou em casamento.

— Se encontrares marido, respondeu a velha, e entenderes que deves casar — casa-te, menina, que essa é a vontade de teu pai; mas também se não ca-sares, nem por isso serás menos feliz, uma vez que já estejas na divina graça de Nosso Senhor Jesus Cristo...(AZEVEDO. 2005.p.26.)

Percebe-se durante toda a obra o embate entre Religião e Ciência, como já foi mencionado. Dona Camila ao longo da trama adepta do discurso religioso tentando convencer Magda que o melhor era seguir os preceitos religiosos e não se corromper pelas heresias científicas da época. Para a ciência na figura de Dr. Lobão já era ruim a situação de Magda sem casamento e ficava pior se voltando para a religião

Pois já não bastavam os terríveis elementos que havia para agravar a moléstia?... Como então deixou nascer e desenvolver-se o demônio daquela beatice, que só por si era mais que suficiente para derreter os miolos a qualquer mulher?! (AZEVEDO. 2005.p.28)

A obra *O homem* se insere na perspectiva de romance experimental, conceito elaborado pelo escritor francês Émile Zola. Segundo o conceito, a realidade é observada de uma perspectiva científica que se distancia da idealização romântica e mostra um retrato fiel da sociedade, mesmo de seus aspectos mais sórdidos. A busca pelo registro fidedigno orienta o narrador no sentido da reprodução da linguagem das personagens com toda a riqueza da oralidade e das questões que permeiam a situação e os sujeitos nela envolvidos. Dessa maneira *O homem* é resultado de uma observação minuciosa de ambientes que Azevedo fez aos locais que existiam na vida real, e no qual o mesmo transferiu para sua ficção. Como já foi mencionado anteriormente Azevedo antes de escrever visitou pedreiras, conversou com covoqueiros, participou de diálogos no intuito de conhecer os tipos, os costumes, a linguagem de seus personagens. A preocupação com os dados, o estudo dos tipos e o conhecimento científico eram imprescindíveis para conferir verossimilhança à obra. Durante a escrita de *O Homem*, por exemplo, Aluísio chegou a enviar manuscritos ao amigo Antônio Fernandes Figueira, que preparava uma tese sobre a histeria.

O naturalismo de Aluísio Azevedo presente em “*O Homem*” corrobora com as teses científicas do século XIX, acerca das doenças desenvolvidas pelas mulheres, devido á falta de sexo, e dentro de uma moral conservadora, e de uma sociedade patriarcal, esse sexo estava ligado intimamente ao casamento, no caso das “moças de famílias”, que não poderiam iniciar uma vida sexual antes de casar. Partindo do pressuposto de que as “moças de família” só deveriam ter qualquer atividade sexual depois de casadas, á prática de se masturbar se exclui

espontaneamente das possibilidades existentes para se obter prazer. O famoso “onanismo”, palavra que vem de Onã, personagem bíblico que praticava coitos interrompidos era uma palavra que pairava como um medonho fantasma sobre homens e mulheres jovens ou adultos na segunda metade do século. Antes, então, só os padres confessores falavam disso. Estudos médico-legais vindos da Europa introduziram o tema entre nós. Ao menino que se masturbava, fazia-se medo com o Mão-de-Cabelo e outros monstros de folclore. As flores vermelhas do mandacaru, os ocos de bananeira, as simples galinhas ou as ancas largas das vacas, tão úteis na iniciação de jovens de Norte a Sul, passam a ser alvo de perseguições. A masturbação destruía lares, casamentos e famílias.

Segundo Jurandir Costa (2004) a masturbação na metade do século XIX aparecia como um perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens. A masturbação era tida como causa dos mais diversos males, e os médicos não poupava esforços para apresenta - lá sob as cores mais obscuras. Os indivíduos dados á masturbação, dizia os higienistas,

Emagreciam quase rapidamente, os olhos tornam-se turvos, cercados por uma fita lívida, tristes, as pálpebras ingurgitadas, vermelhas, pesadas, sobretudo as superiores, coladas ao despertar, olhar fio e atoleimado, dirigido para o chão, fisionomia triste e taciturna, estado de languidez, aumento do apetite para compensar as despesas de economia, andar cambaleante, falta de coordenação nos movimentos, fraqueza muscular na região lombar, tremor nos membros, suores noturnos, urina turva e sedimentosa, calafrios quase que contínuos, voz rouca, palidez. (COSTA. 2004. p.187)

De acordo com o discurso médico-científico produzido no período em questão, a masturbação lesava os sistemas digestivo (meteorismo, vômitos, gastrites, gastralgias, euterites, diarreias, constipações; absorção intestinal imperfeita, etc.); Circulatório (hipertrofias dos músculos cardíacos, dilatações musculares, aneurismas, síncope, apoplexias, etc.); Respiratório (dicção difícil, gagueira, discordância nos sons, voz fraca, rouquidão, tosse seca, ansiedade torácica, falta de desenvolvimento do tora, respiração difícil, sufocação, catarro crônico, tuberculose, etc.) ; nervoso (coréia, epilepsia, histeria, nervosismo, insônia, hipocondria, hiperestesia, vertigens, etc.). Sem mencionar, naturalmente todos os malefícios e deformidades que trazia ao aparelho genito- urinário. A masturbação deveria ser impedida, sejam quais fossem os mecanismos utilizados para alcançar tal fim. O combate a tal pratica começa desde as escolas, o isolamento e o marasmo deviam ser evitados por meio de ginástica e outros exercícios físicos coletivos. A forma dos bancos das salas deveriam se adaptar ao porte dos alunos, a fim de evitar compressão dos genitais ou o contato físico entre eles. Não deveriam permitir que dormissem sós em quartos separados. Á noite, os dormitórios deveriam conser-

var acesa uma lâmpada ardente para intimidá-los. Todavia nada substituía a vigilância moral, que era a permanente disposição dos responsáveis pelas crianças em surpreender em sinais precoces da masturbação e ter em mente os meios de preveni-la. Era necessário prevenir o despertar precoce da sexualidade por meio de exercícios, pela abolição de alimentos excitante, e punir o culpado repreendendo asperamente, ou segundo a gravidade do crime medicá-los de carecer de acordo com os socorros da arte.

Segundo Jurandir Costa (2004) o “socorro da arte medica”, no caso para cuidar dos possíveis masturbadores iam de bromuretos de potássio; canfora; Sódio; Amônia; lúpulo e calmantes, empregados no combate as conseqüências do “onanismo”, até a prevenção por meios mecânicos: camisola de força. Infibulação, clitoridectomia, neurotomia isqui-clitoridiana, e aderência dos grandes lábios. Embora os partidários deste tipo de tratamento antimasturbatorio fossem uma exceção e não se tenham testemunhos da aplicação de tais métodos, o fato não perde sua importância, ele mostra a que nível chegou á preocupação higiênica em controlar a sexualidade. A masturbação era tratada como um crime e o masturbador, como culpado.

A masturbação ate então, era uma conduta isolada, solitária, deixada á margem da atenção social. Seu caráter privado importava pouca a mentalidade antiga. Os médicos converteram-na em crime higiênico, cuja punição era o tratamento. A masturbação deveria ser evitada desde crianças porque geraria indivíduos adultos débeis, sujeito a aborto e a esterilidade.

Dizia-se que ela não apenas fazia mal à saúde, como prejudicava o trabalho por esgotar as forças. Proibia-se dormir de dorso. Suprimiam-se os bolsos das calças. Ameaçavam-se meninas bonitas de ficarem feias. Eram proibidas as leituras picantes, as “pestilenciais novelas” ou a poesia erótica, assim como a ingestão de chá e vinho. A masturbação era o vício em estado puro. O fato de que a mulher pudesse ter prazer sem o homem parecia absolutamente intolerável. A masturbação feminina poderia causar terríveis conseqüências para a mulher: hálito forte, gengivas e lábios descorados, sardas e espinhas, perda de memória e para culminar, morte lenta e dolorosa. A Igreja, por sua vez, debruçou-se com toda a atenção sobre o que se considerava o “onanismo conjugal”. Ou seja, perseguia todas as manobras que, no seio do casal, se fizessem para obter prazer, sem que houvesse risco de gravidez, pois o casamento durante muito tempo foi visto como uma relação sagrada com o intuito de procriar, o prazer não era algo que se fazia presente. Dessa forma a histeria da personagem Magda não poderia ser curada com á pratica da masturbação visto que a moral higiênica da época a abominava fortemente.

### 3.1 A perigosa sexualidade feminina

A ética do bom e do mau comportamento sexual foi uma máxima implantada pelos médicos no auge da política higienista para garantir uma ordem burguesa, e no centro desses comportamentos sexuais estavam as mulheres, fichas médicas abundam em informações sobre o ciclo menstrual, a vivacidade precoce, a linguagem livre de certas pacientes associando tais “sintomas” a distúrbios psiquiátricos. Distúrbios uterinos podiam estar relacionados com ataques epiléticos e mesmo crimes de morte. Os médicos começavam a delinear o perfil do que chamavam a “mulher histérica”, tendo-se tornado moda entre as de elite, “ataques” quando da saída de um enterro ou da chegada de notícia ruim. Azevedo descreve uma situação semelhante em sua obra em questão, que se passa com a personagem Magda, suposta vítima de histeria

A visita ao túmulo dos legendários amantes fora, com efeito, muito fatal à filha do Conselheiro. Esta, depois de contemplá-lo em silêncio e por longo tempo, estática, abriu num pranto muito soluçado, findo o qual, pôs-se a dançar e cantar, num ritmo, que ia aos poucos se acelerando. O pai quis contê-la; Magda fugiu-lhe, correndo pelo cemitério, saltando pelas sepulturas, tropeçando aqui e ali, tão depressa caindo como se levantando, a soltar gritos que pareciam uivos de fera esfaimada. Afinal, já sem forças e com as roupas em frangalhos, abateu por terra, ofegante, mas encabujando ainda num rosnar convulsivo, até perder os sentidos, e logo pegar em sono profundo, do qual só despertou vinte e tantas horas depois, já no hotel, para onde a levaram, sem que ela desse acordo de si. (AZEVEDO. 2005.p.25)

A situação descrita por Azevedo acima se passa depois que a personagem Magda e seu pai, o conselheiro Pinto Marques, fazem uma visita ao túmulo de Heloísa e Aberlado,<sup>12</sup> que se encontra no cemitério de Père Lachaise em Paris, e a personagem Magda, ao se deparar com o impacto emocional de visitar os amantes, que posteriormente se dedicaram a igreja se debela com um ataque, que segundo a moral higiênica científica é um dos sintomas da histeria.

A mulher tinha de ser naturalmente frágil, agradável, boa mãe, submissa e doce etc. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente, anormal. “Aquilo que os homens sentiam”, só raras vezes atingiria as mulheres, transformando-as

---

<sup>12</sup> Aberlado foi um professor de filosofia que viveu no século XII, que se apaixona por uma jovem moça, Heloísa, com a qual se relaciona em segredo. O tio da jovem fica furioso, e na tentativa de apaziguar a sua fúria, Abelardo decide que devem casar-se. No entanto, a proposta se torna inútil, uma vez que após o casamento o tio se vinga ao mandar castrá-lo. Marcados pelo episódio, tomam os hábitos religiosos e seguem caminhos diversos, embora troquem correspondência.

em ninfomaníacas, visto que as mesmas deveriam possuir uma anistia sexual. O médico Rodrigo José Maurício Júnior na primeira tese sobre o tema, apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1838, não hesitava em afirmar: “As mulheres nas quais predominar uma superabundância vital, um sistema sangüíneo, ou nervoso muito pronunciado, uma cor escura ou vermelha, olhos vivos e negros, lábios de um vermelho escarlate, boca grande, dentes alvos, abundância de pêlos e de cor negra, desenvolvimento das partes sexuais, estão também sujeitas a sofrer desta neurose”. E ele não estava só. Muitos mais pensavam que a histeria era decorrente do fato de que o cérebro feminino podia ser dominado pelo útero. Michel Foucault esclarece que a histeria adquiriu uma extensão tão grande, que muitas outras doenças foram ocultadas pela mesma

Entre as doenças das mulheres, a paixão histérica goza de tão mau renome que, à maneira dos *semi-damnati*, ela tem de carregar os erros de inúmeras outras afecções; se uma doença de natureza desconhecida e de origem oculta se produz numa mulher de tal modo que sua causa foge ao conhecimento e a indicação terapêutica é incerta, logo acusamos a má influência do útero que, na maior parte do tempo, não é responsável, e a respeito de um sintoma não habitual declaramos que ele oculta algo de histérico, e aquilo que tantas vezes foi o subterfúgio de tanta ignorância consideramos como objeto de nossos cuidados e nossos remédios. (FOUCAULT. 1978. p 309)

Percebe-se através do trecho acima que a histeria serviu de bode expiatório para diversas outras questões que povoavam o sistema de enfermidades da época. Azevedo vem debatendo a problemática da histeria na obra *O homem*, através da personagem já citada Magda, que tava correndo o risco de desenvolver histeria devido á falta de práticas sexuais como se pode perceber em uma conversa entre o pai de Magda e o médico que cuidava dela

Seja lá com quem for! O útero, conforme Platão é uma besta que quer a todo custo conceber no momento oportuno; se lho não permitem — dana! Ora aí tem!

— Não! Alto lá! isso não! A histeria pode ter várias causas, nem sempre é produzida pela abstinência; seria asneira sustentar o contrário. Convenho mesmo com alguns médicos modernos em que ela nada mais seja do que uma nevrose do encéfalo e não estabeleça a sua sede nos órgãos genitais, como queriam os antigos; mas isso que tem a ver com o nosso caso?

Aqui não se trata de curar uma histérica, trata-se de evitar a histeria. Ora, sua filha é uma delicadíssima sensibilidade nervosa; acaba de sofrer um formidável abalo com a morte de uma pessoa que ela estremecia muito; está, por conseguinte, sob o domínio de uma impressão violenta; pois o que convém agora é evitar que esta impressão permaneça, que avulte e degenerem em histeria; compreende você? Para isso é preciso, antes de mais nada, que ela contente e traga em perfeito equilíbrio certos órgãos, cuja exacerbação iria alterar fatalmente o seu sistema psíquico; e, como o casamento é indispensável

àquele equilíbrio, eu faço grande questão do casamento.(AZEVEDO. 2005.p.20)

Casamento era a expressão formal de se falar, o que era necessário mesmo era o coito. A histeria poderia ser provocada por diversos fatores, porém a falta de atividade sexual estava no centro, casar para procriar era necessário, a fim de atender as necessidades do corpo da “mulher”, que teria em seu âmago o dever de se desenvolver somente para a procriação.

No trecho acima se pode perceber também uma ambigüidade com relação aos métodos da ciência. A presença de oposições verbais como “modernos” e “antigos”, é esclarecedora quanto á preocupação sobre os métodos científicos e, em especial, a questão médica, assim como outro trecho em que Azevedo deixa claro essa questão, “No fim de longas horas de esforços, o Dr. Lobão, já desesperado, teve, a contra gosto, de aceitar o conselho de um colega ainda moço e de idéias modernas — a compressão do ovário”. (AZEVEDO. 2005.p.33). A expressão “Um colega ainda mais moço e de idéias modernas”, mostra que as raízes científicas bebiam nas novas teses que a cada dia iam surgindo e transformando o conhecimento científico.

Azevedo mostra através das falas do médico que a solução final para a doença da personagem do romance, Magda somente poderia ser a prática sexual

Oh! exclamou o doutor, enquanto o Conselheiro lhe deu conta disto: — Eu punha-a esperta e sã em pouco tempo, se me dessem carta branca para isso! A questão dependia toda do enfermeiro que lhe arranjasse! Aquelas lamúrias e aquelas lágrimas ir-se-iam logo embora com a primeira semana de lua de mel! (AZEVEDO. 2005.p.33)

Segundo Jurandir Freire Costa (2004) a mulher nervosa foi, em parte, uma criação do médico. Servindo-se dela, a higiene implantou-a na família. Solicitada em sua versão sexual para combater pais e maridos e em sua versão mundana para dedicar-se aos filhos, a “mulher nervosa”, ensinou a mulher a utilizar o nervosismo para impor seus interesses. Essa “criatura médica” tornou-se uma arma obrigatória da mulher que queria livrar-se da opressão do cotidiano familiar. Quando insatisfeita com as obrigações sociais e domésticas, a mulher tinha um “ataque de nervos”; quando descontente com as privações sexuais, também fazia apelo ao nervosismo. Tiranizada pelo “nervosismo médico” a mulher serviu-se desse momento para defender-se de seus opressores e oprimir seus opositores. Quando queria casa-se utilizava a histeria como doença na qual o remédio seria o matrimônio. Essa versão não se aplica a personagem de Aluisio Azevedo, Magda, pois a mesma, não quer o casamento de imediato, mas

o ver como algo natural, que pode ou não vir a acontecer, é importante observar, em um primeiro momento, que Magda não se casa por ter assim decidido, por não ter encontrado um pretendente que considerasse a sua altura. De fato, a personagem Magda cultivava uma visão dura e clara a respeito do matrimônio:

[...] teria culpa de estar solteira ainda? Que havia de fazer, se entre toda aquela gente, que o pai lhe metia pelos olhos, nem um só homem lhe inspirava bastante confiança? – Não era uma questão de amor, era uma questão de não fazer asneira! Lá ilusões a êsse respeito, isso não tinha: sabia de antemão que não encontraria nenhum amante extremoso e apaixonado; não sonhava nenhum herói de romance. – A época dessas tolices já lá se havia ido para sempre; sabia muito bem que o casamento naquelas condições era uma questão de interêsses de parte a parte, nos quais o sentimento não tinha que intervir; sabia que no círculo hipócrita das suas relações todos os maridos eram mais ou menos ruins; que não havia um perfeitamente bom. – De acordo! Mas queria dos males o menor! (AZEVEDO, 2005, p.17) [...].

Uma vez que o casamento era arranjado daquele modo; uma vez que tinha de escolher friamente um homem, a quem se havia de entregar por convenção, queria ao menos escolher um dos menos difíceis de aturar; um homem de gênio suportável, com um pouco de mocidade e uma fortuna decente. (AZEVEDO, 2005, p. 18)

Foi por a via sexual que o nervosismo veio a ter a dimensão que teve na vida da mulher oitocentista. A teoria higiênica da doença nervosa, fruto da insatisfação sexual, começou a ser usada pelas mulheres num sentido paralelo ao inventado pelos médicos. O nervosismo passou a ser simulado ou a ser sentido sempre que a mulher pretendia ser opor ao homem ou obter dele concessões sexuais. Dessa forma muitas moças teriam fingindo uma epilepsia, uma histeria, esperando o melhor remédio, que seria na opinião medica da época o casamento.

Para Azevedo a histeria teria sua causa entre as mulheres de classes abastadas do século XIX, em sua educação extremamente romântica e no modelo de vida que as mesmas levavam, voltadas a igreja, a atividades monótonas, em que o corpo permanece sempre em repouso, essa tese se transpõe em uma das falas do Dr. Lobão á respeito de Magda

Depois de praguejar contra todo mundo e ralhar cuidadosamente com o Conselheiro, aconselhou a este que levasse a doente para outro arrabalde mais campestre, onde não houvessem igrejas perto de casa e onde ela pudesse estar mais em liberdade e mais em movimento. E, logo que se sentisse melhor, convinha despertar-lhe o gosto por qualquer ocupação manual. "Nada de belas artes, nem leituras! Exclamava o cirurgião. Jardinagem, serviço de horta, jogos de exercícios, como o bilhar, a caça, a pesca! E passeios! Muitos passeios ao ar livre, pela fresca manhã, sem chapéu, sem muito medo de apagar sol! (AZEVEDO. 2005. p. 30)

Esta visão de Azevedo acerca da monotonia ser uma das possíveis causas da histeria é debatida também por Michel Foucault, que afirma que o discurso científico do século elege como um dos fatores que poderia provocar a histeria nas mulheres o fato de que “elas têm unia constituição mais delicada, menos firme, porque levam uma vida mais mole e por estarem acostumadas às voluptuosidades ou comodidades da vida e a não sofrer.” (FOUCAULT. 1978. p. 319). A ciência através da histeria reforçou a visão da mulher como ser humano frágil, colocado á margem da sociedade, com sua “inferioridade nata”

Azevedo descreve *n'O homem* uma questão muito comum no período, século XIX, e que vai ser fortemente combatida pela moral higiênica, que aos poucos vai se enraizando, a questão dos filhos fora do casamento, e do apadrinhamento do pai para com o filho, tratando apenas como afilhado quando na verdade é filho ilegítimo. Azevedo descreve o caso em uma conversa que Fernando, filho ilegítimo do Senhor Conselheiro Pinto Marques tem com o mesmo. O Sr conselheiro Pinto Marques explica para Fernando que não podia declarar-se pai dele sem obter prejuízo, e sem enxovalhar a memória da falecida mãe de Fernando. Que era casada com outro na época que Fernando nasceu, e o Conselheiro Pinto Marques também era casado com outra na época. O marido da mãe de Fernando estava ausente quando este veio ao mundo; e ignorou sempre a existência de Fernando, a mãe de Fernando morreu quando o mesmo tinha apenas dois anos de idade. O Conselheiro Pinto Marques resolveu então carregar Fernando para morar com ele, e inventou que Fernando era seu afilhado e nunca mais o abandonou. Em uma fala do Senhor Conselheiro fica evidente o costume da época em relação aos filhos apadrinhados

Minha intenção era esconder esse segredo até no dia em que depois de minha morte, viesses, a saber, que estavas perfilado por mim e contemplado nas minhas disposições testamentárias; mas - o homem põe e Deus dispõe - para meu castigo, quis a fatalidade que te agradasses de tua irmã e, como bem vês, só me restava agora confessar francamente a situação. (AZEVEDO. 2005.p 4)

Segundo Juliana Sabino Simonato (2013) a ilegitimidade ocorria em virtude da posição normatizadora da Igreja e do Estado, instituições que não consideravam o nascido, a partir de um ato contraído fora do matrimônio, como filho legítimo, de acordo com a lei de Deus e dos homens A ilegitimidade, portanto, confirmava o pecado e a desobediência aos fundamentos da religião católica, que dispensava um tratamento diferenciado dos, nomeadamente, chamados filhos legítimos. O reconhecimento tornava-se algo complicado na sociedade brasileira, profundamente católica, ainda mais quando tal prole era mestiça, escrava ou forra, porem

muitos filhos ilícitos acabavam sendo beneficiados pelos próprios pais, por meio de testamentos, que garantiam o acesso a uma parte da riqueza familiar ao ilegítimo. Mesmo porque o reconhecimento da paternidade, nos casos que envolviam filhos fora do casamento, dependia da boa vontade do pai e consentimento da esposa legítima, para a perfilhação.

Em relação aos cativos, a concessão da liberdade, não só do filho, mas também das amantes ou concubinas, era prática comum, desde que a esposa não criasse problemas quanto à decisão do marido. Até a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), o filho da escrava obtinha o mesmo *status* da mãe, mesmo quando o pai era livre, a não ser que houvesse o reconhecimento público da paternidade.

As questões de interesses econômicos levavam o ilegítimo a ficar à mercê da família com a qual tinha uma ligação de parentesco. Algumas famílias chegavam a reservar uma parte da herança ao ilegítimo, enquanto outras, simplesmente o desconsideravam. Mesmo entre as famílias em que havia a integração e, uma possível aceitação dos ilegítimos, o reconhecimento não era integral, pois sua condição estava ligada a uma desqualificação social, acarretada pela atuação conjunta de vários fatores, entre eles a ilegitimidade, mistura racial e ausência de *status*.

A prática de reconhecimento da paternidade em âmbito social ocorria através do apadrinhamento, da permanência no seio familiar paterno, e/ou mediante a concessão de alforria, no momento do batismo quando a criança provinha de um ventre cativo. Quanto ao reconhecimento legal, era uma concessão mais comumente usada em testamentos e cartas de perfilhação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões expostas, pode-se perceber que a literatura se caracteriza como uma fonte potente para se pensar o contexto histórico, social e político que a viu nascer. As obras de Aluísio Azevedo problematizadas nessa escrita para se pensar o casamento através da ótica tradicional, e em contraposição o casamento moderno, baseado na nova moral higiênica da segunda metade do século XIX, e as questões relacionadas a sexualidade feminina, o papel da religião nesse contexto, apesar de serem ficcionais, revelam detalhes de como essas questões foram pensadas na época.

Aluísio Azevedo foi um sujeito de seu tempo, e conseqüentemente foi influenciado pelas questões que o permearam, partindo disso podemos elencar que suas obras, seu discurso não são imparciais, livres de intencionalidades, pois as mesmas foram produzidas dentro de uma tradição, porém isso não inviabiliza de se olhar pelas janelas abertas pelas obras de Azevedo para problematizar as questões postas nas obras do mesmo, e que se faziam na sociedade de sua produção. Não podemos considerar as fontes como portadoras de verdades absolutas, tal como a concepção positivista do século XIX, afinal elas também são uma produção humana. Porém também não podemos se equivocar desconsiderando-as, é necessário uma análise das mesmas para descobrir seus reais significados, o que é atributo do historiador, cabe ao historiador através de sua visão historiográfica tornar uma fonte possível ou não de ser problematizada.

Nesse sentido, tais diálogos da História com outras disciplinas – seja para preencher lacunas e contemplar questões que não são do seu domínio aprofundando-as, se faz importante para multiplicar os horizontes da produção historiográfica, rompendo as barreiras de uma história de grandes nomes, grandes homens, presa a fontes oficiais.

É na perspectiva de não se fechar em si mesmo e na busca de uma história muito mais próxima da arte, de uma história bailarina e indisciplinada, que a Literatura se coloca como um desses tipos de fontes que os historiadores têm utilizado para ampliar as suas fronteiras. Esta se torna uma fonte potente pelo seu caráter verossímil (aproximação com a realidade) e trazer muitas das inquietações do indivíduo em suas páginas, dizendo assim muito sobre a sociedade e sua época, e trazendo tanto as experiências das elites, quanto das classes menos favorecidas. Assim, para além do conteúdo macropolítico a Literatura também pode nos informar sobre a moral vigente, as relações sociais, comportamentos cotidianos e os discursos lançados/construídos a respeito de muitas questões de uma época. Mesmo que se trate de um

texto fictício e fantasioso, o texto literário é produto de inquietações e anseios de indivíduos da época em que foi produzido. O autor tem a liberdade de criar personagens e acontecimentos inesperados, mas o seu contexto tende estar ligado a uma determinada realidade. Parafraseando Lucien Febvre, não só a História, mas a Literatura também é filha de seu tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: IBEP, 2012.

\_\_\_\_\_. *O homem*. Biblioteca Virtual de literatura. 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>.> Acesso em: 15/01/2018

\_\_\_\_\_. *O livro de uma sogra*. Universidade da Amazônia. UNAMA. 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>.> Acesso em: 15/01/2018.

\_\_\_\_\_. *O mulato*. São Paulo, Editora Escala. 2012.

ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. Organização de Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Discursos parlamentares de José de Alencar*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. *A realidade da ficção: Ambigüidades literárias e sociais em o mulato* de Aluísio Azevedo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CANDIDO, Antonio. Introdução. In: AZEVEDO, Aluísio. *Filomena Borges*. São Paulo: Martins, 1960.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma Familiar*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil* / Mary Del Priore. 2. Ed. — São Paulo: Contexto, 2006.

ENNE, Ana Lúcia S. “*A obra literária como metáfora social: uma análise antropológica dos romances de Aluísio Azevedo*”. In: Cadernos de Estudos e Pesquisas, n.6, ano III. Publicação da Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO. Niterói, dez/1999.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. Editora perspectiva. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo. 1978

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das letras. 1989.

MARINA, Maluf e MARIA, Lucia Mott. *Recônditos do Mundo Feminino*. In\_ (org.) História da Vida Privada no Brasil. Volume 3- Republica da Belle Époque á era do Radio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.368-421.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo, vida e obra: (1857-1913) O verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Banco Sudameris – Brasil: Brasília: INL, 1988.

MENEZES, Raimundo de. *Escritores na intimidade*. São Paulo: [s.n.], 1949.

PORTO, Ana Gomes. *Crime em Letra de Forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2003.

SANTOS, Daniela Soares dos. *Estudo de um projeto de nação para o Brasil de fins do século XIX a partir da leitura dos romances publicados por Aluísio Azevedo entre 1881 e 1895*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte- MG. 2007.

SILVA, Cláudia Márcia de Menezes Pita. *A pobreza estrutural na obra o cortiço, de Aluísio Azevedo*. Faculdade de ciências da educação e saúde - faces, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília. 2014.

SIMONATO, Juliana Sabino. *Os laços afetivos: o reconhecimento jurídico dos ilegítimos como herança do Direito Português*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Minas Gerais. 2013.

SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. -1870-1930*. São Paulo: companhia das letras. 1993.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( X ) Monografia  
( ) Artigo

Eu, **Rosilene Barbosa da Silva**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **Entre saberes e poderes: ciência e sociedade na literatura de Aluísio de Azevedo no final do século XIX**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos - PI 29 de setembro de 2018.

Rosilene Barbosa da Silva  
Assinatura

Rosilene Barbosa da Silva  
Assinatura